

**ESCOLA NAVAL**

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DO MAR**



**HISTÓRIA DO CLUBE MILITAR NAVAL  
DESDE A FUNDAÇÃO ATÉ 1974**

Carlos Miguel Machado Andrade da Cunha

**MESTRADO EM CIÊNCIAS MILITARES NAVAIS  
(MARINHA)**

2014





---

**ESCOLA NAVAL**

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DO MAR**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS MILITARES  
NAVAIS**

**HISTÓRIA DO CLUBE MILITAR NAVAL  
DESDE A FUNDAÇÃO ATÉ 1974**

O Mestrando,

*(assinado no original)*

---

ASPOF Andrade da Cunha

O Orientador

*(assinado no original)*

---

CFR Costa Canas





---

## EPÍGRAFE

*“Na História não há factos novos. Há esquecimentos, acções perdidas nos tempos, que não se recordam, porque de ocasião se ignoram, que se lembram incompletamente, porque desaparecem certos pormenores. Completá-los é obrigação de quem conhece êsses detalhes, que, na sua insignificância, têm por vezes importância maior do que aquela, que à primeira vista se lhes concede.”*

Emídio da Silva





---

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer, ao meu orientador CFR Costa Canas pelo auxílio e disponibilidade demonstrados durante a realização da presente dissertação de mestrado assim como ao Museu de Marinha, Biblioteca e Museu da Escola Naval pela ajuda concedida para a pesquisa de fontes e bibliografia no âmbito da presente dissertação, porque sem a sua ajuda o caminho ter-se-ia tornado ainda mais longo e sinuoso.

Gostaria também de deixar expressa a minha sincera gratidão à guarnição do N.R.P. “Viana do Castelo” pelo estágio de embarque proporcionado e pelas condições concedidas para a elaboração deste trabalho, pois nunca as duas tarefas se manifestaram incompatíveis.

Para terminar, queria deixar o agradecimento à minha namorada, família e amigos que sempre me acompanharam e apoiaram durante todos estes anos de estudo na Escola Naval, mesmo quando as contrariedades surgiram.





---

# DEDICATÓRIA

A todos aqueles que tornaram este trabalho possível e que no meio da tempestade me indicaram sempre o bom caminho.

Muito Obrigado.





---

## RESUMO

O Clube Militar Naval foi fundado em 1866, num século repleto de mudanças, fruto do ajuntamento espontâneo dos oficiais de marinha como forma de manifestarem a sua discordância contra a proposta de alteração do regime de promoções e do estado em que a marinha se encontrava. O primeiro objetivo havia sido alcançado, através da não alteração da forma como eram realizadas as promoções, no entanto o estado em que a marinha se encontrava motivou os seus sócios a continuarem com o debate em torno dos assuntos navais.

Os *Anais do Clube Militar Naval* são criados em dezembro de 1870, no entanto só a partir de 1871 é que estes começam a ser publicados ininterruptamente até ao período atual. Os *Anais* são a forma de expressão através da qual são abordados os temas, os pensamentos e ideias dos sócios do Clube.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma resumida história do Clube através da análise que certos acontecimentos históricos tiveram nas páginas dos seus *Anais*, ao mesmo tempo que se tenta aferir da existência de influência entre o regime em vigor e o Clube.

Como forma de facilitar esta avaliação o presente trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo aborda a fundação do Clube e a contextualização do século XIX. O segundo capítulo é referente ao período temporal do regime monárquico, de 1866 a 1910, e será abordado o Ultimato inglês, a subscrição nacional e a Liga Naval Portuguesa. O terceiro capítulo aborda o período temporal da Primeira República e será abordado a Grande Guerra, a modernização naval ocorrida e a travessia aérea do Atlântico Sul. A Ditadura Militar que vigorou entre 1926 e 1933 fica enquadrada no quarto capítulo juntamente com o Estado Novo, onde se aborda a Segunda Guerra Mundial, a interação com a NATO e a Guerra Colonial terminando com o 25 de abril de 1974.

Com o objetivo de assegurar o devido distanciamento histórico e também por ser o fim do regime ditatorial, o fim do período abordado por esta dissertação é o 25 de abril de 1974.

**Palavras-chave:** Clube Militar Naval, *Anais do Clube Militar Naval*, Monarquia, Primeira República, Estado Novo.





---

## ABSTRACT

The Clube Militar Naval was founded in 1866, in a century full of changes, as a consequence of the spontaneous grouping of the Navy officers as a way to show their disagreement against the government proposal for changing the military promotion system laws and the real state the navy was. The first goal has been achieved, by the fact of the government didn't change the law, however the real naval state gave incentive to endure the discussion around the naval affairs.

The *Anais do Clube Militar Naval* was created in December 1870, despite this it only started working uninterruptedly after 1871. The Clube used the *Anais* as his magazine in order to express the themes, thoughts and ideas from their associates.

This paper aims to present a brief history of the Clube through the analysis that certain historical events had on the pages of his *Anais*, while trying to ascertain the existence of influence between the existing regime and the Clube.

In order to facilitate this evaluation, the present work is divided into four chapters. The first chapter discusses the foundation of the Clube and the contextualization of the nineteenth century. The second chapter refers to the period of the Monarchy, 1866-1910, and will address the English Ultimatum, national subscription and the Liga Naval Portuguesa. The third chapter covers the time period of the First Republic and will be addressed the Great War, the naval modernization and the first air across of the South Atlantic. A Ditadura Militar that ruled between 1926 and 1933, is framed in the fourth chapter along with the Estado Novo, where approaching the Second World War, the interaction with NATO and the Colonial War ending with the April 25, 1974.

With the purpose of securing due historical distance and also for being the end of the dictatorship regime, the period covered by this dissertation is the April 25, 1974.

**Key-words:** Clube Militar Naval, *Anais do Clube Militar Naval*, Monarchy, First Republic, Estado Novo.





# ÍNDICE

EPÍGRAFE .....	v
AGRADECIMENTOS .....	vii
DEDICATÓRIA .....	ix
RESUMO .....	xi
ABSTRACT .....	xiii
ÍNDICE.....	xv
INTRODUÇÃO.....	1
A FUNDAÇÃO .....	7
Contextualização do século XIX .....	9
Motivos para a fundação.....	16
Os fundadores .....	19
O Clube Militar Naval e os seus primeiros Corpos Gerentes.....	20
Os <i>Anais do Clube Militar Naval</i> e a sua primeira Comissão de Redação .....	21
O CLUBE MILITAR NAVAL E A MONARQUIA .....	27
Ambiente na Marinha até ao Ultimato .....	27
O Ultimato e a Subscrição Nacional.....	31
A Liga Naval .....	33
A fundação da Liga Naval .....	33
Os motivos.....	34
O estado da Marinha.....	35
O CLUBE MILITAR NAVAL E A PRIMEIRA REPÚBLICA.....	39
A Grande Guerra .....	39

Modernização Naval.....	42
O preparar para a Guerra .....	42
Durante a Grande Guerra.....	45
Pós Guerra .....	46
Travessia Aérea do Atlântico Sul .....	47
Continuidade ou rotura com a mudança de regime? .....	49
O CLUBE MILITAR NAVAL E O ESTADO NOVO.....	55
Ditadura Militar .....	55
Segunda Guerra Mundial.....	58
Ante Guerra .....	58
O Conflito.....	61
Portugal e a NATO .....	64
A Guerra Colonial .....	69
O 25 de abril de 1974 .....	71
CONCLUSÃO.....	73
FONTES E BIBLIOGRAFIA .....	77
Fontes .....	77
Bibliografia.....	80
ANEXO A – LISTA DE SÓCIOS FUNDADORES .....	A-1



---

## INTRODUÇÃO

Com a presente dissertação de mestrado, inserida no plano de estudos da Escola Naval, subordinada ao tema *História do Clube Militar Naval desde a fundação até 1974* será abordada a história de uma das associações mais antigas e emblemáticas a nível nacional e com maior notoriedade no que concerne ao âmbito naval nacional.

O estudo deste Clube será efetuado essencialmente tendo como base os *Anais do Clube Militar Naval*. Os *Anais* desde o seu surgimento, em 1870, que retratam com o detalhe e a profundidade necessária as ambições, desejos, preocupações e anseios do público-alvo do Clube, os oficiais da Marinha Portuguesa.

Sendo os *Anais* constituídos por conjuntos de artigos publicados em números de periodicidade variável, desde a edição mensal, bimensal passando a trimestral e chegando a ser semestral devido a diversos fatores, e sendo os principais intervenientes os próprios oficiais ou outros a quem lhes fosse reconhecido devido conhecimento sobre os temas que de alguma forma estão ligados ao mar. Os temas principais abordados variam de entre a estratégia militar e naval, todos os temas contribuintes para as operações navais assim como artigos de elevado interesse científico no âmbito das ciências exatas como também importantes considerações aos sistemas de propulsão dos navios, entre outros. No entanto também são escritos artigos sobre problemas que se fazem sentir na época, importa salientar que os estatutos do Clube não preveem que este seja utilizado como uma ferramenta de debate político.

Apesar de por poucas vezes poder ser perceptível uma opinião expressamente contra ou a favor sobre as decisões governativas é perceptível através de pequenos indícios uma notória influência do Clube, que usando os *Anais* como veículo, sobre o poder governante assim como o contrário também é bem patente sendo no entanto em períodos diferentes da longa vida do Clube.

A divisão em capítulos é necessária para o facilitar da análise sobre os diversos períodos. Esta foi elaborada tendo em vista os diferentes períodos de ambiente político vividos em Portugal desde 1866, ano da criação da associação, e como forma de tentar compreender a importância e influência que o Clube, através dos *Anais*, conseguia ter sobre o poder político ou regente.

O período temporal abordado por esta dissertação compreende três períodos distintos os quais englobam a Monarquia, desde a fundação do Clube até 1910, a Primeira

República, desde 1910 até 1926, e o Estado Novo, que inclui o período da Ditadura Militar (1926-1933) até ao 25 de Abril de 1974. Adicionalmente a esta divisão e baseado nos regimes políticos vigentes, surgiu a necessidade de referenciar os motivos para fundação do Clube e sobre o período prévio vivido no século XIX que fizeram despoletar diversas reações que justificam a fundação do Clube.

A decisão para a inclusão do período de Ditadura Militar no capítulo do Estado Novo é explicada devido à não alteração de regime político vigente com a adoção da Constituição de 1933, transitando da anterior Ditadura Militar os principais nomes para o recém-denominado Estado Novo. O exemplo mais expressivo é o de Oliveira Salazar que em 1928 inicia as funções ministeriais como Ministro das Finanças e em 1933 assume o cargo de Presidente do Conselho de Ministros.

O fim escolhido para o término desta dissertação foi o emblemático dia de 25 de abril de 1974. Esta data, apesar de em termos históricos não possuir a distância temporal requerida para uma abordagem isenta e neutral, foi escolhida tendo em conta a possibilidade a abranger todo o período de ditadura e repressão, sob o nome de Estado Novo.

Dentro de cada capítulo os itens abordados são somente indicativos da importância dada através da análise dos artigos publicados que sugerem a sua diferenciação. Esta abordagem pode ser feita de duas formas. Através de feitos ou datas marcantes, como sendo a primeira travessia aérea do Atlântico Sul em 1922 ou pela invasão do Estado Português da Índia em 1961 e a conseqüente notabilização dos intervenientes, ou pode também ser realizada através de acontecimentos de especial relevo internacional, como sendo a Primeira e Segunda Guerras Mundiais.

A abordagem feita para o subcapítulo da Grande Guerra é baseada tendo por base a edição da Comissão Cultural de Marinha sobre *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra* do Capitão-de-fragata Jaime Correia do Inso. No entanto esta obra é somente o compilar dos artigos publicados pelo autor nos *Anais* entre o número de setembro a outubro de 1937 e o número de janeiro a março de 1939. Por motivos de ordem prática, de maior rapidez e facilidade de acesso, foi consultada a obra acima descrita ao invés dos artigos originais publicados, existindo no entanto o cuidado da verificação no original das partes citadas.

Com o capítulo inicial subordinado ao tema da fundação será feita uma contextualização do século XIX, serão abordados os motivos que levaram os oficiais a unirem-se em torno da criação de um clube, serão referidos os fundadores do Clube assim como os seus primeiros corpos gerentes e a primeira comissão de redação dos *Anais*.



---

No segundo capítulo dedicado ao Clube e à Monarquia será referido o ambiente vivido na corporação da armada até ao ultimato inglês de 1890, a relação deste com a subscrição nacional criada assim como será abordado a fundação e os motivos para a criação da Liga Naval Portuguesa, por fim será abordado o estado da marinha.

O terceiro capítulo é subordinado à Primeira República. Neste capítulo será abordado a grande guerra assim como a modernização naval. Esta nas suas três fases: no preparar para a guerra, o durante a guerra e no pós-guerra. Será abordada a primeira travessia aérea do Atlântico Sul assim como analisada a continuidade ou rotura com o anterior regime.

Com o último capítulo se aborda o Estado Novo, o qual inclui a ditadura militar que começa em 1926, sobre o antes e o durante segunda guerra mundial, a entrada de Portugal para a Organização do Tratado do Atlântico Norte, a guerra colonial realizada nas possessões ultramarinas portuguesas. O capítulo termina com a revolução de 25 de abril de 1974 e a notória manifestação da liberdade de expressão que havia sido readquirida.

No que concerne à parte da referenciação bibliográfica, no presente trabalho, será utilizado o modelo de referenciação da APA na sua edição sexta.





---

# CAPÍTULO 1

---

## A FUNDAÇÃO

- Contextualização do século XIX
- Motivos para a fundação
- Os fundadores
- O Clube Militar Naval e os seus primeiros Corpos Gerentes
- *Os Anais do Clube Militar Naval* e a sua primeira Comissão de Redação





---

## A FUNDAÇÃO

Eram oito horas da noite do dia 8 de Setembro de 1866, quando se realizou a segunda reunião da agremiação que viria a ser conhecida por Clube Militar Naval, nome que se mantém até aos dias de hoje. A primeira reunião realizara-se vinte e cinco dias antes e a conclusão da primeira reunião *“assentou na nomeação de uma mesa permanente, para convocar a corporação assim que o julgasse necessário e na ideia de elaborar estatutos para uma associação composta pelos oficiais das diferentes classes da Armada”*<sup>1</sup>. Assim foi, a segunda reunião presidida pelo Contra-almirante Joaquim Pedro Celestino Soares<sup>2</sup> que, devido à impossibilidade por doença do Vice-almirante António Ricardo Graça, *“Usando ainda da linguagem empolada daquela época, depois de concluído o expediente, apresenta à Assembléia as bases de um projecto de estatutos”*<sup>3</sup> dos quais somente se fará referência à introdução e aos primeiros dois capítulos .

*“Ao ajuntamento de officiaes de marinha que hoje concorrem á sala do Centro Promotor das classes laboriosas, estabelecido no palácio do conde de Almada<sup>4</sup>, foi offerecido um projecto de agrupar os combatentes da mesma marinha, formulado nos termos e bases seguintes:*

### Capitulo 1

*“O grupo, entidade collectiva, associação ou quer que seja, composto de officiaes de marinha reunidos em torno de uma idéa naval denominar-se-ha Rhytmo Espontaneo de Idéas Navaes, ou simplesmente Rhytmo Marítimo.*

### Capitulo 2

*“As aspirações d’esto grupo tem por fim fazer convergir os esforços collectivos de todas as inteligências da corporação da armada:*

---

<sup>1</sup> Emídio da Silva, “Origens e primeiros passos do Club Militar Naval”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1937, 577.

<sup>2</sup> Na época diretor da Escola Naval e comandante da companhia dos Guardas-marinhas (1851-1866). Abel Fontoura da Costa, “Sócios Fundadores do Club Militar Naval”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, n.º Outubro a Dezembro 1936, 36-37.

<sup>3</sup> Emídio da Silva, “Origens e primeiros passos do Club Militar Naval”, 578.

<sup>4</sup> Este foi o local de trabalho escolhido para as assembleias gerais assim como reuniões, sendo localizada no Largo de S. Domingues, Rossio.

- 1.º *Para ella servir com abnegação, zelo e denodo o seu paiz;*
- 2.º *Buscar, quanto em si couber, tornar conhecido o seu préstimo, e quanto a marinha deve ser animada e favorecida em suas laboriosas fadigas;*
- 3.º *Excitar todos os estímulos geradores das grandes acções e factos que honram a humanidade, para que os officiaes da marinha portuguesa se tornem distinctos, sem prejuízo ou inveja dos seus camaradas.*”<sup>5</sup>

Estes estatutos não viriam a ser os estatutos aprovados posteriormente pela associação, sendo para tal nomeada pela mesa uma comissão para o seu estudo. Na certeza porém de que os estatutos do Contra-almirante Celestino Soares foram uma grande mais-valia, assim como uma base de trabalho para a comissão.<sup>6</sup>

À semelhança dos estatutos também o próprio nome da associação não seria *Rhytmo Espontaneo de Idéas Navaes* ou abreviado *Rhytmo Marítimo*, mas sim viria a ser escolhido na terceira reunião<sup>7</sup> por unanimidade como nome para a associação o de *Club Militar Naval*.

*“Depois de longo debate, em que o distinto general e erudito escritor recebeu os mais solenes testemunhos de estima e respeito, que lhe consagra toda a corporação, votou-se que a associação fique denominando-se Club Militar Naval.*

*“Esta discussão foi baseada na preferência, que a maioria julgou conveniente dar a um modesto nome, como é por emquanto modesta a associação.”*<sup>8</sup>

O nome tinha sido escolhido e os estatutos<sup>9</sup> aprovados, porém faltava a autorização Real. Esta chegou por forma de Decreto a 15 de Novembro de 1866. Os estatutos foram assinados pelo Visconde da Praia Grande de Macau, conselheiro Isidoro Francisco

---

<sup>5</sup> Emídio da Silva, “Origens e primeiros passos do Club Militar Naval”, 578.

<sup>6</sup> Esta comissão foi composta pelo Contra-almirante José Bernardo da Silva, Capitão-tenente Álvaro Andréa, Primeiro-tenente Mariano Ghira, Primeiro-tenente Carlos Eugénio Correia da Silva e o Primeiro-tenente António Maria de Sande Vasconcelos e Carvalho.

<sup>7</sup> Realizada a 15 de Setembro, no mesmo local. Esta reunião foi presidida pelo Vice-almirante António Ricardo Graça.

<sup>8</sup> Emídio da Silva, “Origens e primeiros passos do Club Militar Naval”, 580.

<sup>9</sup> Os Estatutos do Clube encontram-se no Anexo B



Guimarães, e autorizados pelo Rei D. Luís I que fez algumas considerações, das quais se destacam:

*“que os fins desta associação em nada são opostos às disposições da Constituição, leis do Reino, nem à disciplina militar”*

*“ficando retirada esta aprovação logo que a dita associação se afaste dos fins para que foi instituída.”<sup>10</sup>*

Com este ato administrativo Real, o Clube Militar Naval havia sido criado, mas para se profundamente compreender a necessidade que os Oficiais de Marinha tiveram em se unir e criar uma associação é necessário recuar até aproximadamente o início do século.

## **Contextualização do século XIX**

O século XIX foi um século no qual a sociedade portuguesa é forçada a uma mudança repentina, o que provocará uma alteração política e social abrupta.

As Invasões Francesas<sup>11</sup>, são as preconizadoras desta mudança. A primeira invasão faz com que a Família Real e a sua Corte se retire para o Brasil. Consequentemente, a Capital do Reino de Portugal deixa de ser Lisboa e passa a ser o Rio de Janeiro. Esta alteração no panorama regente de Portugal vai fazer nascer um enorme sentimento de descrédito à sociedade da época assim como com ela virá o fim do Antigo Regime. Poder-se-ia pensar que as invasões não tinham encontrado apoiantes em território nacional, mas com a Revolução Francesa<sup>12</sup> os seus ideais disseminaram-se pela Europa, deram origem à formação de associações, das quais se destacam a Maçonaria, e esta fez com que as invasões encontrassem apoiantes em Portugal.

Aquando da retirada da Família Real para o Brasil, acompanharam-na muitas famílias de nobres. Como meio de transporte foram usados os navios da marinha de guerra. “Dos navios, que acompanharam os fugitivos, só a nau *Rainha de Portugal* voltou ao Tejo. Os outros por lá apodreceram e só um aproveitou à nova marinha brasileira”<sup>13</sup>. Desta forma a marinha nacional tinha voltado a ficar num estado de obsolescência profunda.

<sup>10</sup> Emídio da Silva, “Origens e primeiros passos do Club Militar Naval”, 581.

<sup>11</sup> Foram no total 3, datadas de 1807, 1809, 1810. As Invasões foram comandadas respetivamente por General Junot, Marechal Soult e Marechal Massena.

<sup>12</sup> Que os seus ideais eram a Liberdade, Igualdade e Fraternidade do Francês *Liberté, Égalité, Fraternité*.

<sup>13</sup> Emídio da Silva, “Origens e primeiros passos do Club Militar Naval”, 569.

Com a Família Real a reinar fora de Portugal após as Invasões Francesas e com os Ingleses a obterem uma influência<sup>14</sup> cada vez mais acentuada em território nacional, surgem neste ambiente diversas revoltas públicas<sup>15</sup>. A juntar a estas revoltas públicas uma profunda crise económica, devido à ocupação francesa durante as invasões e posteriormente a independência do Brasil concedida por D. Pedro, faziam precipitar a urgência em Portugal da necessidade de um Rei.

D. João VI regressa em 1821 e cede às exigências liberais de criar no futuro uma Constituição.<sup>16</sup>

O infante D. Miguel, com motivações firmemente absolutistas<sup>17</sup> lidera duas revoluções contra D. João VI, seu pai, que ficaram conhecidas por Vilafrancada em Maio de 1823 e a Abrilada em Abril de 1824. D. João VI manda exilar seu filho e por forma a amenizar os crescentes fervores absolutistas dos seguidores de seu filho faz com que sejam tomadas medidas favoráveis a estes.<sup>18</sup>

Com a morte do rei em 1826, surge a questão da sucessão assim como o reacender das questões liberais e absolutistas<sup>19</sup>. As escolhas possíveis seriam D. Pedro ou D. Miguel.<sup>20</sup> O primeiro era Imperador do Brasil o segundo havia sido exilado por seu pai, D. João VI, após ter chefiado as revoluções acima descritas.

D. Pedro por ter feito independente uma ex-colónia e se ter tornado seu Imperador não é bem recebido pelas cortes, e abdica do trono em detrimento de sua filha, infanta D. Maria II. Numa tentativa de conciliação das facções Liberais e Absolutistas, D. Pedro declarará a Carta Constitucional e nomeia seu irmão D. Miguel regente do reino durante a menoridade da infanta, na condição de que assim que esta atingisse a maioridade eles se casariam. D. Miguel regressa a Portugal em 1828, a fim de assumir as determinações de seu irmão, mas nesse mesmo ano instaura novamente um regime absoluto. Durante o

---

<sup>14</sup> Isto deve-se ao facto de os ingleses terem ajudado os exércitos portugueses a expulsarem os franceses durante as três invasões ao território nacional

<sup>15</sup> A estas revoltas públicas referimo-nos à conspiração de Gomes Freire de Andrade, em 1817, e à revolução de 1820.

<sup>16</sup> Alexandre Cartaxo, António Canas e Helena Braga, “Origens do Clube Militar Naval”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1999, 460.

<sup>17</sup> Estas motivações advinham grande parte de sua mãe, rainha D. Carlota Joaquina. Oliveira Marques. *História de Portugal. Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, Vol. III, Lisboa, 6-7 *apud* Idem, *Ibidem*, 461.

<sup>18</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>19</sup> Oliveira Marques. *História de Portugal. Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, Vol. III, Lisboa, 9-10 *apud* Idem, *Ibidem*.

<sup>20</sup> Do casamento de D. João VI com D. Carlota Joaquina surgiram 3 filhos (António, Pedro e Miguel) e 5 filhas (Maria Teresa, Maria Francisca, Isabel Maria, Maria da Assunção e Ana de Jesus). António faleceu aos 6 anos, ficando Pedro como legítimo herdeiro de D. João VI.



período de regência de D. Miguel, os liberais, serão perseguidos e aterrorizados o que culminará com o exílio de muitos deles.<sup>21</sup>

O país continuará a debater-se com discussões internas entre a facção liberal e a facção absolutista<sup>22</sup>, e aquando da vitória liberal este continua dividido. Os apoiantes da Carta Constitucional e os da Constituição lutarão entre si em Setembro de 1836, sendo estes últimos os apoiantes vitoriosos. As quezílias entre os Liberais não ficaram por aqui, pois em 1842 Costa Cabral<sup>23</sup> restaurará os ideais da Carta Constitucional, com o objetivo de desenvolver economicamente o país. Devido a esta atitude haverá nova revolta em 1846, ficando conhecida por Revolução da Maria da Fonte que culminará em nova guerra civil até Junho de 1847. Costa Cabral volta de novo ao poder em 1849, resultando em nova revolta em 1851.<sup>24</sup>

Após esta data, a política em Portugal ameniza e com o Acto Adicional de 1852 vai encontrar consenso alargado no seio político português, sendo o principal objetivo o desenvolvimento económico do reino.<sup>25</sup>

Nota-se que a política em Portugal não estava bem, assim como a sua situação económica, devendo-se a diversos fatores já referidos, mas dos quais se enfatizam os diversos anos de guerra civil, acompanhados por décadas de instabilidade governativa. Com uma explicação breve do ambiente em que havia imergido a sociedade portuguesa da primeira parte do século XIX, compreende-se similarmente que este também tenha sido o despoletar dos motivos considerados para a criação do Clube Militar Naval.

Seguidamente apresenta-se e explica-se outro fator de grande importância na compreensão do século XIX, a Imprensa.

A imprensa, à semelhança do que havia acontecido com outros países europeus, durante o período das expansões napoleónicas vai ser utilizada como forma de

---

<sup>21</sup> Oliveira Marques. *História de Portugal. Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, Vol. III, Lisboa, 11-12 *apud* Alexandre Cartaxo, António Canas e Helena Braga, “Origens do Clube Militar Naval”, 461.

<sup>22</sup> Os dois irmãos continuaram a não se entender. Este facto vai desencadear um período de guerra civil entre 1832 e 1834 (ano da morte de D. Pedro), que culminará com a vitória da facção Liberal. As tropas Liberais eram lideradas pelo próprio D. Pedro desde que saíram da Ilha Terceira.

<sup>23</sup> Marquês de Tomar mais conhecido somente por sua graça, Costa Cabral. À data exercia o cargo de ministro no reinado de D. Maria II. “Tomar (Condes e Marqueses de)”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. XXXII, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Limitada, [s.d.], 14.

<sup>24</sup> Esta revolta, conhecida por Regeneração, será chefiada pelo Duque de Saldanha. Oliveira Marques. *História de Portugal. Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, Vol. III, Lisboa, 27-29 *apud* Alexandre Cartaxo, António Canas e Helena Braga, “Origens do Clube Militar Naval”, 461.

<sup>25</sup> Oliveira Marques. *História de Portugal. Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias*, Vol. III, Lisboa, 29-32 *apud* Idem, *Ibidem*.

descredibilizar os opositores. De certa forma tentar-se-á combater os opositores através das palavras.<sup>26</sup>

A imprensa, sendo ela um veículo que faz chegar a um público-alvo a mensagem ou ideia pretendida, no começo do século XIX far-se-á sentir com mais peso na opinião pública. Isto não só acontece devido a uma maior tiragem do que era escrito mas também pela maior existência de produtos de imprensa. O exemplo de mais fácil percepção são os periódicos. Este tipo de produto jornalístico vai sentir um crescente aumento, passando da quase inexistência antes da primeira invasão francesa para em curto espaço de tempo passar a haver mais de duas dezenas<sup>27</sup>. Os apoios governamentais foram a causa primária para este crescimento abrupto do número de periódicos e assim que retirados influenciam diretamente o seu decréscimo.

Contrariamente ao que se poderia pensar, a imprensa não volta ao ponto em que se encontrava antes, esta continuar-se-á a desenvolver, mas desta vez a ritmo mais lento mas sustentado.

A segunda época de grande expansão editorial, virá com as lutas absolutistas e liberais e com o período de instabilidade, 1820 a 1834, a elas associado. Com este novo período de instabilidade, mas desta vez governativa, nota-se novamente o recurso aos periódicos como forma de disseminar as ideias e os argumentos liberais assim como os absolutistas.

A partir de 1834, com a vitória liberal anteriormente referida, serão criadas a bases para um jornalismo isento, onde a liberdade editorial existia e estava devidamente consagrada na lei<sup>28</sup>.

Após as invasões francesas o fervor jornalístico cresceu e embrenhou-se nas classes eruditas de então. Uma classe à qual não foi avessa à mudança foram os oficiais da Armada, que viram na imprensa uma oportunidade para se fazer saber das dificuldades que a Marinha de Guerra passava com a falta e a obsolescência dos navios.

A decadência que a marinha atravessava não era caso novo, mas as reformas promovidas por Martinho de Melo e Castro sob o reinado de D. Maria I fizeram com que a

---

<sup>26</sup> Idem, *Ibidem*, 467.

<sup>27</sup> Especificamente foram criados vinte e dois novos periódicos só em 1809.

<sup>28</sup> Este período só será conturbado durante as governações de Costa Cabral. Devido às suas medidas repressivas, também a produção jornalística fica afetada, recuperando assim que o ministro é deposto.



esta voltasse à sua anterior resplandecência<sup>29</sup>, recuperando o fulgor de outros salutareos tempos.

No início do século XIX e aquando do começo do reinado de D. João VI, a marinha dispunha de cinquenta e seis navios prontos para combater.

Com a retirada da Família Real e a corte para o Brasil, como anteriormente explicado, só os navios velhos ou de menor valor ficaram em Lisboa à mercê dos invasores franceses, sendo que o grosso da frota ajudou e acompanhou na retirada de Lisboa a Nobreza do reino. Os navios ficaram pelo Brasil e com a independência deste reino só um navio foi efetivamente aproveitado para a sua recente marinha, sendo que os restantes ficaram por lá sem utilidade prática sofrendo de uma morte por apodrecimento.

De uma situação de desafogo dos meios navais para a sua antítese decorreram poucos anos, mas esta última perdurou durante muitos. Esta situação perdurou desde a fuga para o Brasil até ao fim da década de oitenta do século XIX, quando atingirá uma situação de decadência extrema. Com a melhoria do ambiente social e político em 1851 houve a expectativa de melhora da situação da marinha, mas o desejo disso não passou. Este facto pode ser explicado pela forma como as pessoas viam a marinha.<sup>30</sup> Então se escrevia nos *Annaes da Marinha e Ultramar*, que posteriormente falarei, com desalento:

*“Falar da marinha em Portugal é acto tão grave, como ir pregar e catequizar no interior de África. Os que entendem a linguagem dos missionários criticam-lhe as doutrinas; os que não a entendem censuram e desprezam as palavras do sacerdote.*

*“Auxílio, benevolência, concelho, aprovação, de parte nenhuma”<sup>31</sup>*

Tudo o que acontece na vida é sempre provocado por um aglutinar de pequenas situações que despoletam no final uma situação de grandes proporções. Obviamente que a formação do Clube Militar Naval teve como origem uma situação similar, no subcapítulo

---

<sup>29</sup> Sob o reinado de D. Maria I, foram criadas diversas medidas que permitiram a recuperação naval. Parte dessas medidas couberam na melhoria dos serviços e organização dos arsenais. Através de lei, regulamentação dos quadros de pessoal, fomenta a construção e reparação naval. Como resultado destas leis e durante o seu reinado a frota da Marinha de Guerra atingirá os cinquenta e seis navios.

<sup>30</sup> A Marinha devido ao seu não auxílio nas Invasões Francesas ficou preterida para o Exército. Este durante as invasões e mesmo posteriormente continuou a reforçar-se e a construir quartéis e fortificações como forma de prevenir outra invasão. Mesmo após a ajuda da Marinha nas campanhas liberais, a imagem que as pessoas tinham já não era aquele ramo que tinha descoberto mundos ao mundo mas sim aquela que tinha fugido quando o reino mais precisou.

<sup>31</sup> *Annaes da Marinha e Ultramar*, nº1, 2 *apud* Emídio da Silva, “Origens e primeiros passos do Club Militar Naval”, 572.

anterior fez-se referência ao contexto político e social que afetou o século XIX, assim como o crescimento e fortalecimento de uma imprensa nacional juntamente com um declínio cada vez mais acentuado de uma Marinha de Guerra e dos seus navios foram as razões principais para o nascer de um sentimento de descontentamento por parte da classe dos Oficiais da Armada.

Este descontentamento generalizado já era suficiente sendo galvanizado com os ideais liberais que proliferavam na época e cujo resultado final seria um multiplicar de associações das diversas naturezas.<sup>32</sup>

Por iniciativa de Sá da Bandeira, que releva alguma preocupação relativa aos assuntos ultramarinos e coloniais, será editado um periódico oficial com o nome *Memorial Ultramarino e Marítimo* sob direção da Secretaria d'Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar<sup>33</sup>. Com esta publicação pretendia-se:

*“Sendo da maior importância dar toda a possível publicidade aos negócios que dizem respeito ás Províncias Ultramarinas, das quaes entre nós ha tão pouco conhecimento, o que sem dúvida é uma das causas principaes do estado de decadência em que ellas se acham; convem para este fim que se publique um Memorial Periodico...”*<sup>34</sup>

Este periódico só seria editado uma única vez, o que levou os oficiais da Armada a concluir que poderia haver alguma incapacidade governativa de resolver os assuntos ultramarinos que a estes era tão chegado.

Para sanar este vazio deixado, é em 1839 criado por Carta Régia de D. Maria II<sup>35</sup> a primeira associação cujos fundadores pertenciam na sua totalidade à classe de oficiais da Armada. O nome seria Associação Marítima e Colonial. Contrariamente ao que viria a suceder com o Clube Militar Naval, esta associação estava aberta a “*todos os indivíduos,*

---

<sup>32</sup> Verificar-se-á um aumento das associações de cidadãos que se reúnem para falar de política, para falar de problemas comuns ou para se falar dos problemas que as inquietavam a nível profissional. Alexandre Cartaxo, António Canas e Helena Braga, “Origens do Clube Militar Naval”, 469.

<sup>33</sup> *Idem, Ibidem.*

<sup>34</sup> *Memorial Ultramarino e Marítimo*, nº1, pp. 1-2 *apud Idem, Ibidem*, 470.

<sup>35</sup> Sérgio Campos Matos e Luís Aguiar Santos, “A Marinha e a Cultura Histórica em Portugal: Entre Tradição e Modernidade (Séculos XIX e XX)”, *Separata da Revista de História das Ideias*, Vol. XXIX, Coimbra, Faculdade de Letras, 2008, 440.



---

*que ao conhecido zelo pelo bem público unissem conhecimentos especiaes nas matérias de que ia ocupar-se*”<sup>36</sup>

A associação que tinha regime estatutário vai publicar com periodicidade mensal nos *Anais Marítimos e Coloniaes*. Serão editadas seis séries anuais, sendo a sua última edição referente a Abril de 1846. Com o término da sua edição acompanhou-o também o destino da Associação. Não sendo possível precisar as razões que levaram a este fim, pode-se dizer que as bases do movimento associativo ligado às gentes cultas do mar haviam sido lançadas não sendo de estranhar que alguns oficiais que a compuseram estivessem ligados ao ressurgir de outra associação, sendo esta de duração mais longa, o Clube Militar Naval.

As condições que tornaram possível a criação da Associação Marítima e Colonial mantinham-se e nalguns aspetos haviam sido depauperadas.

Os oficiais continuavam com a necessidade de falar sobre e mostrar a realidade da Marinha, desta forma surgem os *Anais da Marinha e do Ultramar*, esta revista cuja direção estava a cargo do Aspirante de 1º Classe da Fazenda Naval António César de Vasconcelos Correia, que deu a conhecer da interligação do Clube Militar Naval com a Associação Marítima e Colonial, teve o seu primeiro número editado em 11 de Agosto de 1866<sup>37</sup>. Estes *Anais* mantiveram a sua publicação até 21 de Dezembro de 1867, após uma interrupção de seis meses entre 1 de Dezembro de 1866 e Junho de 1867 tendo mudado de proprietário durante esta interrupção<sup>38</sup> tornando por isso possível “*descortinar alguma ligação com a fundação do Clube Militar Naval*”<sup>39</sup>. Esta tarefa torna-se facilitada pois além da similaridade da data de surgimento, este periódico trata também os mesmos assuntos que levam à criação do Clube Militar Naval. Como diz Emídio Silva na sua conferência dedicada ao Clube Militar Naval “*os artigos deste Anais eram sempre anónimos, mas facilmente se adivinham na prosa os autores oficiais da Armada*”<sup>40</sup>.

---

<sup>36</sup> *Estabelecimentos Científicos Litterários e Artísticos de Portugal nos sucessivos Reinados da Monarchia*, Tomo VI, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1876, 231 *apud* Alexandre Cartaxo, António Canas e Helena Braga, “Origens do Clube Militar Naval”, 470.

<sup>37</sup> Gina Guedes Rafael, Manuela Santos, “*Anais da Marinha e Ultramar*”, *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*, vol. I, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1998, 54

<sup>38</sup> Viria a ser novamente editado já sob o título de *Anais da Marinha, Ultramar e Exército* a 1 de Janeiro de 1868, sendo o seu término em Junho desse mesmo ano. Emídio da Silva, “Origens e primeiros passos do Club Militar Naval”, 588.

<sup>39</sup> Alexandre Cartaxo, António Canas e Helena Braga, “Origens do Clube Militar Naval”, 472-473.

<sup>40</sup> Emídio da Silva, “Origens e primeiros passos do Club Militar Naval”, 587.

Pode-se ainda acrescentar com o reconhecimento oficial de que “*a redacção d’esta folha, que é composta de indivíduos que se honram todos de pertencer à corporação de marinha nacional,...*”<sup>41</sup>

Este periódico serviu, embora que não oficialmente, para trazer até nós informações sobre os primeiros anos de existência do Clube Militar Naval. Sendo até possível “*revelar factos, que o Club Militar Naval ignorava*”<sup>42</sup>. Com o seu término definitivo em Junho de 1868 e até ao aparecimento dos *Anais do Clube Militar Naval*, não existe referência de nenhuma outra publicação especialmente destinada a assuntos navais.

## Motivos para a fundação

Ao estado de decadência em que a Marinha se encontrava e a fraca relação da metrópole com as colónias causadas por esta, juntava-se um novo sistema de promoções dos oficiais da Marinha, que no seu entender não servia a Marinha e que poderia causar que *alguns* se servissem desta. Ou seja, a maior inquietação dos oficiais era o novo sistema de promoções por escolha que pretendia ser implementado, este facto causava maior inquietação pois era aquele que era mais premente, juntamente com este havia a decadência já acima referida mas abordada numa perspetiva de evolução histórica assim como a relação de Portugal com as colónias.

Por ser o argumento de impacto mais direto para com os oficiais e também por ser aquele que tinha de ser resolvido que forma mais urgente, foi o tema das promoções por escolha que fez reunir os oficiais da Marinha. Esta reunião realizada, assim como as subsequentes, no Centro Promotor das Classes Laboriosas congregou em si todos os oficiais que se encontravam em Lisboa<sup>43</sup> para discutir, devido à sua importância voltaremos a repetir, a questão das promoções como tema principal e como tema secundário a decadência da Marinha e a relação da Metrópole com as colónias.

Por forma a que seja totalmente transmitida as razões que *os* levaram a reunir-se passa-se a explicar os seus motivos.

---

<sup>41</sup> *Anais da Marinha e do Ultramar*, n.º 8, 8 *apud* Alexandre Cartaxo, António Canas e Helena Braga, “Origens do Clube Militar Naval”, 473.

<sup>42</sup> Emídio da Silva, “Origens e primeiros passos do Club Militar Naval”, 587

<sup>43</sup> Esta informação é retirada com base nos noventa e seis oficiais que assinaram a primeira ata de constituição do Clube, no dia 15 de Setembro de 1866, visto o quadro de oficiais da época ser duzentos e dezasseis oficiais. Este tema será posteriormente abordado no subcapítulo dedicado aos fundadores. Alexandre Cartaxo, António Canas e Helena Braga, “Origens do Clube Militar Naval”, 477-478.



A legislação que regulamentava as promoções na Marinha à data da reunião havia sido publicada por Carta de Lei de 15 de Abril de 1835, tendo sido alterada pelo Decreto de 2 de Outubro de 1843.<sup>44</sup> Neste Decreto estava previsto que deviam ser reguladas por forma:

*“que três quartas partes dos propostos para cada posto, o sejam pela antiguidade, e uma quarta parte seja pelo merecimento distinto; expondo o mesmo Major General as causas porque estes são propostos com tão particular consideração.*

*Parágrafo único. Se houver motivo para não incluir na proposta por antiguidade qualquer oficial, a quem competisse nella entrar, o Major General da Armada declarará os motivos dessa exclusão, na conformidade do artigo segundo da Carta de Lei de 15 de Abril de 1835.”<sup>45</sup>*

Pelo que se pode ler, já neste decreto estava prevista a promoção por escolha, mas esta só poderia ser de um quarto das vagas para o posto. O que levou à discórdia dos oficiais é que a proposta da revisão da legislação previa que as promoções passariam a ser feitas somente através deste método.

Muito já se abordou a imprensa, e esta voltará a ser falada pois nesta situação em específico muito se escreverá acerca desta situação nos jornais da época e no já referido *Anais da Marinha e do Ultramar*. Dos jornais da época podem-se referir o *Jornal de Lisboa* e o *Jornal do Comercio*. Foram estes jornais que começaram a referir nas suas páginas a alteração do sistema de promoção. Inicialmente com posições opostas, o *Jornal de Lisboa* começará, e assim continuará, a defender a posição de que o sistema de promoções não devia ser alterado, mantendo o sistema até então utilizado da promoção por antiguidade.<sup>46</sup>

Por oposição o *Jornal do Comercio*, começa por defender que as promoções deviam ser feitas com base no mérito relativo dos avaliados, ou seja, que a promoção deveria ser feita por escolha. Esta posição será alterada<sup>47</sup> na edição de 21 de Agosto, passando a defender que as promoções dos oficiais de Marinha deviam ser feitas por antiguidade. Esta

---

<sup>44</sup> Idem, *Ibidem*, 481.

<sup>45</sup> *Diário do Governo*, n.º 283, 1 de Dezembro de 1843, p. 1713 *apud* Idem, *Ibidem*, 481.

<sup>46</sup> Idem, *Ibidem*, 482.

<sup>47</sup> Os motivos que levaram a que esta posição do jornal fosse alterada na edição de 21 de Agosto de 1866, não serão alvo de estudo neste trabalho.

alteração da posição será justificada nas suas páginas, e os argumentos que levam a esta mudança são que apesar de o sistema de promoções por escolha ser o conceptualmente o mais justo, é reconhecido que este método é o mais vulnerável ao compadrio, e que a sua perfeita aplicabilidade seria só possível “num local de perfeição: o céu”<sup>48</sup>.

Os *Anais da Marinha e Ultramar* desde o início que analisam esta situação. Esta análise apresentava os diferentes métodos de promoção e apresentava as vantagens<sup>49</sup> e as desvantagens<sup>50</sup> em cada um dos métodos. Após esta análise, a conclusão tirada por esta publicação viria a ser que o melhor método seria a promoção por antiguidade, ou seja, o sistema até então vigente. Esta publicação tentará até quanto lhe for possível que o sistema não seja alterado.<sup>51</sup>

Com a exposição do argumento de mais premente resolução, passemos a referir o estado de decadência da Marinha e a sua relação com as colónias, com que se deparavam os oficiais à data da criação do Clube Militar Naval. A decadência que afetou a Marinha, causa que influenciava a relação com as colónias, tornava-se cada vez mais premente, causa que incitou o início da publicação dos *Anais da Marinha e do Ultramar*, anteriormente referida, revista esta que muito auxilia a contextualização da situação da Marinha.

A época em questão é uma época de mudança havendo uma completa transformação desde 1851. Os diversos sectores da função pública reestruturavam-se, apesar do longo caminho que era ainda necessário percorrer. Porém:

*“Tem feito e faz excepção à regra; a administração dos negócios de marinha e ultramar.*

---

<sup>48</sup> Alexandre Cartaxo, António Canas e Helena Braga, “Origens do Clube Militar Naval”, 482.

<sup>49</sup> Apesar de esta referência estar relacionada com os *Anais da Marinha e Ultramar*, as vantagens aqui apresentadas serão referentes aos argumentos utilizados de forma uniforme por aqueles que era defensores da mudança. As principais vantagens são: que seria uma forma de premiar os oficiais que mais se esforçam; que seria uma forma de evitar que os oficiais mais medíocres não fossem promovidos assim que para isso reunissem condições.

<sup>50</sup> À semelhança da referência acima as principais desvantagens são: que os oficiais que fossem premiados com a promoção não o seriam pelo seu esforço mas sim os que tivessem melhores “cunhas”, grave problema na época; relacionado com o argumento anterior, esta iria aumentar a instabilidade que a Marinha vivia, nada desejável a uma organização que passava por uma grave decadência; por último o maior argumento, que a legislação que vigorava à data já previa e permitia o reconhecimento do mérito através do quarto das vagas possíveis assim como os mais medíocres não fossem promovidos devido à sua não inclusão na proposta de promoção por parte do Major General da Armada.

<sup>51</sup> Alexandre Cartaxo, António Canas e Helena Braga, “Origens do Clube Militar Naval”, 482.



---

*“Nos quinze anos decorridos de 1851 a 1866 apenas durante três anos incompletos vimos actividade e iniciativa na direcção dos negócios da marinha e colónias.”*<sup>52</sup>

Os três anos referidos com alguma iniciativa, foram os três anos que uma comissão parlamentar de inquérito<sup>53</sup> analisou a situação naval portuguesa. Da análise resultara um relatório muito aprofundado e nas suas conclusões será referido o real estado de decadência em que a marinha se encontrava, serão apontados os problemas com o pessoal, os financeiros, os de instrução e os ligados ao arsenal de marinha (a construção e a reparação naval). As conclusões retiradas nunca chegaram a sair do papel e apesar de se ter percebido o problema nunca se chegará a combatê-lo. Como consequência as ligações com os territórios ultramarinos nunca serão feitas como deveriam, quer em tempo, em quantidade e qualidade, trazendo como consequência o abaixamento das receitas para o estado dos lucros daí resultantes.<sup>54</sup>

## Os fundadores

Consideram-se sócios fundadores do Clube Militar Naval, aqueles que a 15 de Setembro de 1866 assinaram a primeira ata de constituição do clube.<sup>55</sup>

Dos sócios fundadores contam-se cento e vinte cinco<sup>56</sup> homens ligados à Marinha, mas não sendo todos oficiais de marinha da classe de Marinha, justamente noventa e seis o eram de facto. Em adição a estes noventa e seis havia: vinte e um sócios provenientes da Fazenda da Armada ou empregados da Direcção Geral de Contabilidade Naval e do Ultramar, quatro Maquinistas Navais<sup>57</sup>, dois Engenheiros Navais, um Auditor de Marinha e um Facultativo Naval, atualmente denominados por médicos navais.<sup>58</sup>

---

<sup>52</sup> *Anais da Marinha e Ultramar*, n.º 1, p. 2 *apud* Idem, *Ibidem*, 484.

<sup>53</sup> Nomeada pela Câmara dos Deputados, na sessão de 19 de Julho de 1853.

<sup>54</sup> Alexandre Cartaxo, António Canas e Helena Braga, “Origens do Clube Militar Naval”, 484.

<sup>55</sup> Idem, *Ibidem*, 477-478.

<sup>56</sup> “Não existem no arquivo do Club quaisquer documentos que permitam historiar a sua organização primitiva. Apenas um quadro regista os nomes dos 125 sócios fundadores”. Abel Fontoura da Costa, “Sócios Fundadores do Club Militar Naval”, 10.

<sup>57</sup> Os Maquinistas Navais apareceram na Marinha devido ao surgimento dos navios a vapor.

<sup>58</sup> A lista completa com os nomes dos sócios fundadores encontram-se no Anexo A. Alexandre Cartaxo, António Canas e Helena Braga, “Origens do Clube Militar Naval”, 478

Também se pode afirmar que a génese do clube teve influências maçónicas, isto porque, de entre os sócios fundadores existiam seis que defendiam ideais assumidamente maçónicos.<sup>59</sup>

Apesar das dúvidas levantadas por Fontoura da Costa sobre a inclusão como sócios fundadores, devido à equiparação a oficial existente da época, as quais não serão respondidas neste trabalho, podemos dizer que a abrangência e a transversalidade a outros organismos pertencentes à Marinha era notória<sup>60</sup>. Destacam-se os oficiais da classe de Marinha devido ao seu grande número assim como a uma total inclusão de todas as patentes<sup>61</sup> fizeram com que este clube fosse uma associação com peso e influência na sociedade da época.

Da lista de sócios fundadores só irá ser feita referência aos sócios integrantes na primeira comissão de redação dos *Anais*, assim como aos integrantes nos primeiros corpos gerentes. Destes, será feita um pequeno resumo sobre cada uma deles. Este resumo biográfico estará incluído nos subcapítulos destinados aos temas em que se inserem.

## **O Clube Militar Naval e os seus primeiros Corpos Gerentes**

Após a aprovação por decreto de 15 de Novembro de 1866 dos estatutos do Clube Militar Naval, foi pouco o tempo decorrido até que houvesse uma convocatória de reunião com o intuito de eleger os corpos gerentes da associação para que esta pudesse definitivamente passar a ter a componente associativa.

À primeira Assembleia Geral, realizada à semelhança das reuniões anteriores no centro promotor, houve uma grande afluência de sócios. Após o uso da palavra por parte de alguns consócios, passou-se a proceder à eleição dos corpos gerentes. Os corpos gerentes incluíam os cargos da Assembleia, da Comissão de Regulamento Interno e da Comissão Diretora e Administrativa.

---

<sup>59</sup> Estes seis oficiais, todos pertencentes aos oficiais de marinha, eram o Vice-almirante Soares Franco, o Contra-almirante Lobato Pires, o Capitão-de-mar-e-guerra Baptista d'Andrade, o Capitão-de-mar-e-guerra Mattos Corrêa, o Capitão-de-fragata Euzebio d'Oliveira e o Primeiro-tenente Ribeiro Vianna. António Ventura, *A Marinha de Guerra Portuguesa e a Maçonaria*, 1.ª Edição, Lisboa, Nova Vega, 2013, *passim*.

<sup>60</sup> Esta transversalidade advém da inclusão de indivíduos que apesar de não serem oficiais da classe de Marinha, possuíam equiparações, nomeadamente os facultativos navais, os oficiais de fazenda da armada, os empregados da direcção geral de contabilidade naval e do ultramar, os maquinistas navais e os auditores de marinha.

<sup>61</sup> A questão dos postos que tinham os oficiais de marinha sócios fundadores não pode ser relativizado, pois desde o Guarda-marinha até ao Vice-almirante todas as patentes eram encontradas, o que permite fazer perceber que os motivos anteriormente descritos para a fundação eram abrangentes e envolventes aos oficiais da classe de Marinha assim como às gentes da marinha.



Os eleitos para os cargos da Assembleia foram, como Presidente o Vice-almirante António Ricardo Graça, como Vice-presidente o Capitão-tenente António Rafael Rodrigues Sette, como 1.º Secretário o Capitão-tenente Francisco de Paula Ferreira de Mesquita, como 2.º Secretário o Primeiro-tenente Carlos Eugénio Correia da Silva e como Vice-secretários o Primeiro-tenente António Maria Sande Vasconcelos e o Primeiro-tenente Carvalho e o João Carlos de Brito Capêlo.

Seguidamente a esta eleição, procedeu-se para a eleição da Comissão de Regulamento Interno. Os escolhidos foram, como Presidente o Capitão-tenente António Rafael Rodrigues Sette, como Vice-presidente o Auditor de Marinha Levy Maria Jordão, posteriormente Visconde de Paiva Manso, como Vogais o Primeiro-tenente Luís Caetano de Novais, o Primeiro-tenente Mariano Ghira, o Aspirante da Direção Geral de Contabilidade Naval Francisco Rangel de Lima e o Primeiro-tenente Engenheiro Naval João Maria Galhardo.

Terminado esta eleição sucedeu-se a eleição para a Comissão Diretora e Administrativas, cujos os eleitos foram, como Presidente o Capitão-tenente Caetano Alberto da Silva e como Vogais o Segundo-tenente António Eleutério Dantas, o Escrivão António César de Vasconcelos Correia e o Primeiro-tenente Engenheiro Naval João Maria Galhardo, como Tesoureiro o Primeiro-tenente Augusto Zeferino Teixeira.

Como se pode verificar, mesmo com uma leitura não tão atenta, existiam dois oficiais que tinham sobre si mais do que um cargo nos corpos gerentes, o Capitão-tenente Rodrigues Sette e o Primeiro-tenente Engenheiro Naval Galhardo. Dos cento e vinte cinco sócios signatários somente quinze fizeram parte dos corpos gerentes, não querendo com isto significar que os restantes não tivessem um papel ativo e interventivo no Clube.

## **Os *Anais do Clube Militar Naval* e a sua primeira Comissão de Redação**

Agora que foi abordada a fundação do Clube, serão abordados os seus *Anais*. Apesar destes serem a extensão do Clube e por forma a que o parágrafo terceiro do artigo terceiro dos seus regulamentos seja cumprido, foram e são estes que mais visibilidade trazem a um Clube com uma história centenária.

O termo Anais significa uma “relação de sucessos organizada ano por ano”<sup>62</sup> e os do Clube Militar Naval começaram a sua publicação em Dezembro de 1870. Este primeiro número quase na sua totalidade dedicado à ligação por vapor de Lisboa com os portos africanos e ao ruinoso contrato feito com a Bailey & Leetham, empresa que tinha obrigação de o fazer, fizeram com que este primeiro número surgisse com um desassombrado protesto por parte dos oficiais. Este artigo publicado foi baseado na Memória<sup>63</sup> apresentada por uma comissão designada pelo Clube para o seu estudo. Este estudo incluía não só o problema extremamente ruinoso para o país mas também lhe trazia melhorias contratuais, que vieram a ser aproveitadas para um posterior contrato.

Numa época, à semelhança de todas as outras vividas deste então, em que os maiores constrangimentos eram os de ordem material e os “oficiais de marinha tinham mais ouro nas mangas, do que nos bolsos”<sup>64</sup> os cinco distintíssimos oficiais de marinha Marx de Sóri, Esteves de Freitas, Ghira, Testa e Dantas assumiram a responsabilidade, com excelente préstimo, da primeira Comissão de Redação dos *Anais* do Clube. Seguidamente será apresentada uma breve descrição de cada uma deles.

Capitão-tenente Carlos Testa, lente da Escola Naval, comandou a corveta *Sá da Bandeira* e os transportes *Índia* e *África*. Publicou números trabalhos e artigos, sendo colaborador de vários jornais e revistas.

Primeiro-tenente Mariano Ghira, governador da ilha do Príncipe, lente da Escola Politécnica e da Escola Naval. Reitor do Liceu Nacional de Lisboa. Comandou a escuna *Nimfa*. Publicou diversos trabalhos sozinho e um com Teodoro da Mota.

Segundo-tenente António Filipe Marx de Sóri, sócio da Academia Real das Ciências, comandou a barca *Velha Anita*, publicou os *Descobrimientos dos portugueses nos séculos XV e XVI*.

Segundo-tenente João Maria Esteves de Freitas, comandou no mar a corveta *Duque da Terceira* e o iate *Conde de Penha Firme*, em terra foi o primeiro comandante da antiga Escola de Torpedos de Paço de Arcos.

Segundo-tenente António Eleutério Dantas, Governador-geral de Angola aquando da sua morte, não comandou. Coautor do primeiro projeto de uma Escola de Alunos Marinheiros.

---

<sup>62</sup> “Anais”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. II, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Limitada, [s.d.], 456.

<sup>63</sup> “Memoria sobre o serviço das linhas de navegação por vapor para os portos d’Africa”, *Anais do Club Militar Naval*, Lisboa, 1870-1871, 5-22

<sup>64</sup> Emídio da Silva, “Os “Anais do Club Militar Naval” e a sua 1.ª Comissão de Redacção”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1939, 383



---

Estes cinco oficiais, intervenientes da primeira comissão de redação, iniciaram e deram forma aos *Anais do Clube Militar Naval* que perduram até aos nossos dias. Tanto Guira como Dantas haviam, e como anteriormente já foi mencionado, tido um papel participativo no Clube, designadamente nas primeiras Comissões dos Corpos Gerentes.

A primeira comissão de redação cessa funções no final de 1872, para a segunda comissão de redação, constituída por seis elementos dos quais são reeleitos três, Marx de Sóri, Dantas e Esteves de Freitas. A estes juntam-lhes o Primeiro-tenente António Maria Sande Vasconcelos e Carvalho, o Primeiro-tenente e o João Carlos de Brito Capêlo, ambos vice-secretários da primeira Assembleia e o Primeiro-tenente José Joaquim de Almeida, sem nenhuma nomeação nos primeiros Corpos Gerentes<sup>65</sup>.

---

<sup>65</sup> *Idem, Ibidem.*





---

# CAPÍTULO 2

---

## O CLUBE MILITAR NAVAL E A MONARQUIA

- Ambiente na Marinha até ao Ultimato
- O Ultimato e a Subscrição Nacional
- A Liga Naval
  - A fundação da Liga Naval
  - Os motivos
- O estado da Marinha





---

## O CLUBE MILITAR NAVAL E A MONARQUIA

O Clube aquando da sua criação foi recebido pela monarquia sem oposição, sendo a carta de aceitação a prova disso, no entanto esta faz deixar expresso que cessa a provação assim que a associação se afaste dos fins para os quais foi instituída.

### Ambiente na Marinha até ao Ultimato

Após a criação do Clube, e após o início da atividade dos seus *Anais*, pois foi nestes em que os seus sócios exprimiram as suas opiniões, os temas de maior ênfase e os que mais se encontra é a modernização naval e a reestruturação da marinha, não se podendo descurar todos os outros temas que pela sua importância estão naturalmente ligados à marinha<sup>66</sup>. Estes textos científicos e por vezes de opinião vão fazer com que o Clube passe a ser um peso importante no que concerne as suas áreas por excelência.

A influência que se fez sentir por este Clube não cessou com os motivos que levaram à sua criação. Apesar de o sistema de promoções proposto não ter prosseguido, o que se pode considerar o primeiro grande avanço desta associação, esta agremiação continuou a seguir e a fazer jus aos seus estatutos. Desta, coincidente ou não, com a criação dos seus *Anais* se levantou outra questão muito badalada na opinião pública da época, o problema da carreira marítima entre a metrópole e as suas colónias. Poder-se-á discutir o que fez surgir esta questão, se os *Anais* ou os periódicos, visto que alguns assuntos do foro militar naval por vezes aparecerem primeiro nos jornais e sequentemente no número dos *Anais*.<sup>67</sup> A juntar a isto havia oficiais que além de escreverem as suas opiniões para os *Anais* também o faziam para os jornais.<sup>68</sup>

Certo é, que este debate em torno do fragilizado contrato com a companhia de transportes marítimos inglesa era mais proveitoso para esta do que para o Estado que era suposto servir. O que muito ajudou para esta questão e fez credibilizar ainda mais os *Anais* e sequentemente o Clube, foi a apresentação da proposta elaborada pela comissão do Clube Militar Naval encarregue de estudar o caso e que traria as propostas de melhoria para este

---

<sup>66</sup> Nestes temas estão incluídos a ligação da metrópole com as colónias, o ensino e o progresso cada vez mais acentuado que fazia sentir na construção naval.

<sup>67</sup> Alexandre Cartaxo, António Canas e Helena Braga, “Origens do Clube Militar Naval”, 493.

<sup>68</sup> Caso dos oficiais que frequentavam, à semelhança de outras individualidades letradas da época, a livraria Áfra. Emídio da Silva, “Origens e primeiros passos do Club Militar Naval”, 586

serviço. Estas propostas viriam a ser incluídas no contrato redigido em 1871, retificando os erros apontados pela comissão ao contrato de 1868.

Por ser o artigo de estreia e aquele que fez com que houvesse uma influência notória na decisão política, vai ser resumidamente explicado a memória publicada sobre os transportes marítimos para os portos africanos dando maior ênfase ao contrato, e às suas falhas, celebrado em 1868.

A primeira intenção de estabelecer uma ligação entre Lisboa e os portos africanos é da autoria do visconde de Castellões, que previa a aquisição de dois vapores por parte do Estado. Esta intenção não vingou devido à queda do gabinete.<sup>69</sup>

Quem lhe sucedeu aproveitou a intenção, mas empenhou dois navios de guerra para missão com a função de paquete. Devido ao mau estado dos navios, os resultados alcançados não corresponderam, sendo por isso abandonada a ideia.<sup>70</sup>

Após o fracasso de algumas tentativas de criação de companhias, o Estado contribuiu com avultadas quantias para a constituição da União Mercantil, em 1858. Os navios adquiridos por esta encontravam-se bastante obsoletos e foram comprados à companhia inglesa W. S. Lindsay. Os resultados obtidos acabaram por não ser satisfatórios, mantendo-se a União Mercantil em funcionamento e o seu prejuízo integralmente suportado pelo Estado.<sup>71</sup>

Por forma a resolver a questão, decidiu-se contratar, em Outubro de 1866, uma companhia inglesa para efetuar o serviço de transporte, concessionando a exploração do serviço por uma duração de dois anos. Os autores da Memória classificam esta decisão como acertada, como forma provisória de resolver o problema continuando a manter a ligação. Nesta altura cresciam os proveitos expedidos daqueles portos para a metrópole.<sup>72</sup>

Findo este contrato, eis que o Estado celebra em 1868 o contrato que vai fazer emergir a discórdia dos autores da Memória. A companhia contratada continuou de nacionalidade inglesa sendo a Bailey & Leatham. Os termos deste contrato são os motivos de discórdia, isto porque, o Estado pagaria avultados subsídios à firma para a manutenção de uma ligação regular, vão contra a exclusividade contratualizada na atribuição de

---

<sup>69</sup> “Memoria sobre o serviço das linhas de navegação por vapor para os portos d’Africa”, *Anais do Club Militar Naval, Lisboa*, 1870-1871, 9-10.

<sup>70</sup> *Idem, Ibidem*, 10.

<sup>71</sup> *Idem, Ibidem*, 11-12.

<sup>72</sup> *Idem, Ibidem*, 12.



---

subsídios àquela firma e contra a utilização da ligação subsidiada pelo Estado Português para fins comerciais em proveito próprio, fator de atraso nas ligações.<sup>73</sup>

A sugestão manifesta pelos autores na Memória, e por forma a terminar com o proveito próprio, é sugerido o encurtamento da viagem de Lisboa - Luanda de vinte e nove dias para vinte e quatro, sendo que na primeira os dias de escala em porto não estavam incluídos<sup>74</sup> e na segunda os dias de escalas faziam contavam para a duração total da travessia. Outra sugestão feita é ao término na exclusividade de subsídios à companhia Bailey & Leatham. Estas sugestões foram refletidas no novo concurso, adicionando um artigo que não previa a existência de qualquer tipo de exclusivos.<sup>75</sup>

Na Memória é apresentada uma proposta de exploração da carreira pelo próprio Estado. Esta proposta é acompanhada de um exaustivo estudo sobre a aquisição de três navios, com as suas características, encargos para o Estado e planos de amortização de todas as despesas.<sup>76</sup>

No *Jornal do Comércio*, de dia 25 de Março de 1871, é apresentado um artigo sobre o mesmo tema, sendo as críticas deste jornal semelhantes às apresentadas pela Memória publicada nos *Anais*. Com este artigo surge a indicação de que não terá havido interessados a este novo contrato. Devido a não ter surgido interessados foram apontadas as seguintes causas: os termos apresentados aos interessados eram desvantajosos e que o próprio texto do contrato seria de difícil interpretação aos possíveis interessados.<sup>77</sup>

Com a contextualização e explicação do problema da ligação aos portos africanos, passaremos para outro tema que igualmente inquietava os oficiais de marinha da época assim como a sociedade.

Este tema prende-se com empobrecimento e obsolescência da esquadra assim como a necessidade premente de planos de reestruturação da marinha e um novo plano naval. Como foi anteriormente exposto este empobrecimento da esquadra não era situação nova, mesmo que ainda tenhamos abordado em concreto este assunto, a base do problema seria sempre o mesmo, a existência de um *deficit* nas contas do estado que fazia com que toda a população ligada à marinha visse o estado paupérrimo, lamentável e ruinoso a que os navios tinham chegado.

---

<sup>73</sup> *Idem, Ibidem*, 13-18.

<sup>74</sup> É devido a este facto que ocorria o proveito próprio, pois como o tempo de escala em porto não contava para o tempo de viagem, a firma aproveitava isto para ficar tempo excessivo com serviços comerciais bastante lucrativos para esta.

<sup>75</sup> Alexandre Cartaxo, António Canas e Helena Braga, “Origens do Clube Militar Naval”, 491,493.

<sup>76</sup> “Memoria sobre o serviço das linhas de navegação por vapor para os portos d’Africa”, 18-23.

<sup>77</sup> Alexandre Cartaxo, António Canas e Helena Braga, “Origens do Clube Militar Naval”, 493.

Devido a isto, encontra-se nos primeiros números dos *Anais* numerosos artigos que visam apresentar os problemas que mais afligiam a oficialidade da armada assim como propor-lhes uma adequada solução.

*“Não tenhamos receio de fazer publicas estas nossas misérias; não tratamos de averiguar se é a incúria dos governos ou a falta de meios que nos tem conservado neste triste estado; o país no entanto deve saber as forças com que deve contar para a sua defesa...”*<sup>78</sup>

É sobre este ponto de vista que o Clube constituiu uma comissão para o estudo dos navios de que a marinha se devia compor, abordando duas questões fundamentais, a primeira relacionada com o tipo de navios mais conveniente para o serviço naval e a segunda relacionada com o quantitativo desses navios a adquirir, tendo em conta as necessidades do serviço e também a situação económica do país. Esta comissão foi formada por Carlos Testa, António Eleutério Dantas ambos com diverso trabalho já dedicado ao Clube e o António do Nascimento Pereira de Sampaio, cujo posto na altura da fundação era Primeiro-tenente. Esta comissão publicou um artigo nos *Anais do Clube Militar Naval* com as suas conclusões do estudo, em 1873.

Um ano após a saída deste estudo, será novamente visível alguma influência deste Clube no poder político de então. Isto porque, e apesar do mau estado das finanças, será aprovada a compra de seis navios, um transporte, duas corvetas e três canhoneiras.<sup>79</sup> O que correspondia à primeira fase do plano apresentado pelo programa de Andrade Corvo.<sup>80</sup> Apesar de estas aquisições serem bem recebidas pela população da marinha continuavam a ser escassas.

Nos anos que medeiam entre este estudo que a comissão realizou até ao final da década de Oitenta, muitos serão os textos de opinião subordinados ao tema da renovação da esquadra naval, o tipo de navios, quantos navios se deviam adquirir e também muito será badalado sobre a importância da marinha de guerra para a defesa da costa e dos territórios ultramarinos portugueses, qual o tipo de armamento que devia ser incluído nesses navios. É também discutida a necessidade de ter um arsenal capaz de progredir nos

---

<sup>78</sup> Fernandes da Cunha, “Considerações sobre os nossos navios de guerra e o seu actual armamento”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1871, 93.

<sup>79</sup> “Os novos navios de guerra”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1874, 253.

<sup>80</sup> António José Telo, Homens, *Doutrinas e Organização (1824-1974) (tomo I)*, Lisboa, Academia de Marinha, 1999, 155.



avanços da construção e seguir as novas construções dos navios, que nesta altura já começavam a ser construídos na totalidade em aço, mantendo contudo alguns mastros e o seu respetivo velame.

## O Ultimato e a Subscrição Nacional

O Ultimato apresentado por Lord Salisbury, primeiro-ministro inglês, chega a Portugal a 11 de Janeiro de 1890.

Os antecedentes que levaram a todo este conflito começaram com a Conferência de Berlim, na qual ficou definido que a ocupação efetiva se sobrepunha à ocupação histórica. Esta nova forma de ver África, faz com que todas as nações com interesses no continente africano, despoletassem grandes investigações e explorações de cariz científico.

Os planos portugueses de ligar a costa à contracosta, ou seja, Angola a Moçambique no célebre Mapa Cor-de-Rosa entram em choque com as pretensões inglesas que ligar por via ferroviária o Mediterrâneo ao sul de África, ligando o Cairo ao Cabo.

Este conflito de interesses leva ao Ultimato acima mencionado. Neste Ultimato vêm referidas consequências para o caso da não-aceitação. O rei reinante na época, D. Carlos, que após ser aconselhado pela sua corte cedeu à pressão exercida pelo ultimato. Este será um período de especial tensão com Inglaterra até ser assinado o acordo de 1891.

Esta decisão do rei foi encarada pela sociedade como uma grande humilhação, no seguimento da cedência será criada a Grande Subscrição Nacional a Favor da Defesa do País, assim como haverá um grande aumento do republicanismo em Portugal assim como as revoltas e os textos de opinião contra o rei serão mais recorrentes.

A Grande Subscrição Nacional terá como especial missão a angariação de fundos, através de diversas atividades realizadas, tendo como objetivo a aquisição de navios para a defesa da metrópole e das colónias. Da Subscrição faziam parte oficiais da marinha<sup>81</sup>, que pretendiam como é bem expresso em artigos publicados a este respeito nos *Anais*, a aquisição de navios tipo couraçados. No entanto um artigo de 1891<sup>82</sup> apresenta outras necessidades que não só as que cariz material, também as de cariz organizacional como o cumprimento completo dos planos navais que sucessivamente eram propostos e só cumpridos parcialmente. Assim como, o autor, considera mais necessário a aquisição de uma navio escola em madeira, sendo que este podia ser construído em Portugal através da

<sup>81</sup> P. A., “A nossa Marinha e a Subscrição Nacional”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1891, 634.

<sup>82</sup> Idem, *Ibidem*, 742-748.

tecnologia existente. O autor tenta através dos *Anais* influenciar os oficiais integrantes da Subscrição Nacional para a sua ideia e faz também um atento estudo do tipo de couraçados estrangeiros existentes e o seu preço médio por tonelada.

Outro grande argumento da Subscrição Nacional, era o de se mandar fazer os navios necessários à pátria em território nacional, como forma que se estimular uma indústria esquecida e pouco evoluída, à semelhança de outras congéneres europeias. Mas um dos problemas levantados era o de que em Portugal a indústria naval capaz de operar a tecnologia do aço se limitava a uma única firma, a Parry & Son do Ginjal.<sup>83</sup>

Este grande movimento nacionalista e protecionista tinha no entanto um senão, que se prendia com o facto de estes estaleiros somente terem capacidade de construção de navios tipo canhoneiras e lanchas-canhoneiras. Será nesta ótica que será adjudicada a construção de duas canhoneiras e duas lanchas-canhoneiras a esta firma. Para a construção do cruzador, foi aberto concurso internacional tendo ganho os estaleiros italianos da Orlando.<sup>84</sup>

Apesar de se considerar salutar este investimento na indústria naval portuguesa, a opinião expressa nos *Anais* de 1891 é de que “infelizmente hoje não temos marinha, nem sabemos o que queremos ou devemos ter”, em parte verdade, pois o inicialmente planeado para o primeiro dinheiro angariado pela Subscrição Nacional serão duas canhoneiras e um transporte. Neste mesmo artigo é considerado que seria melhor investimento um navio escola em madeira, justificando que este é o único tipo de navios que à data se podiam fazer, e porque também é considerada alguma necessidade de instrução de mar e como forma de a suavizar a passagem teórica da Escola Naval para a prática dos navios da esquadra.<sup>85</sup>

A Subscrição Nacional alterou a escolha do transporte para um cruzador para que a marinha pudesse de algum modo resistir à Inglaterra. Os navios adquiridos foram os acima descritos, o que levou a que também estas aquisições fossem novamente criticadas pois os navios do tipo adquiridos, excluindo o cruzador, seriam para missões nas colónias com funções do tipo policial para promover as operações de pacificação, o que ia contra o

---

<sup>83</sup> António José Telo, Homens, *Doutrinas e Organização (1824-1974) (tomo I)*, 171.

<sup>84</sup> Os cinco navios adquiridos ficaram designados como navios do ultimato. As duas lanchas-canhoneiras a *Pêro de Anáia* e *Diogo Cão* foram adquiridas em 1895. As duas canhoneiras foram adquiridas, a *Chaimite* em 1898 e a *Pátria* em 1903. O cruzador de construção italiana, nome *Adamastor*, foi adquirido em 1896. José António Rodrigues Pereira, *Marinha Portuguesa - Nove Séculos de História*, [s.l.], Comissão Cultural de Marinha, 2010, 384.

<sup>85</sup> P. A., “A nossa Marinha e a Subscrição Nacional”, 629-37.



---

âmbito de surgimento da própria Subscrição, que era a renovação da armada para que esta tivesse capacidade de defesa da metrópole.<sup>86 87</sup>

## A Liga Naval

### A fundação da Liga Naval

A Liga Naval Portuguesa nasce em 17 de Janeiro de 1901, mas a sua conceção já há muito havia sido pensada por alguns, poucos oficiais de marinha. Esta liga nasceu à semelhança das suas congéneres inglesa, alemã, italiana e a recente criada francesa, sendo a inglesa a primeira a ser fundada e os outros países seguiram-lhe a ideia.

A Liga nasce num período pós Ultimato, quando se começa a notar que a capacidade da Grande Subscrição Nacional a Favor da Defesa do País talvez não fosse capaz de cumprir com os desígnios nacionais aos quais se tinha proposto. Nesta ótica e tendo sido cinco os navios adquiridos durante o seu funcionamento grande parte das pessoas perderam aquele fulgor patriótico que impeliu e galvanizou muita gente, acabando este sentimento por esmorecer.

Por outro lado, na Europa, as ligas navais começavam a surgir em grande força. A base era a inglesa fundada em 1894, mas onde se via um exemplo perfeito dos ideais que a liga preconizava era na Alemanha aonde a sua liga naval ganhou bastante notoriedade e sua influência não só se fazia sentir na população ou no governo, como o primeiro influência fortemente o segundo a investir na marinha do seu país.<sup>88</sup>

O oficial de marinha, Capitão-tenente José António Miranda, ao ver o desenvolvimento alcançado por outros países escreve nos nossos *Anais*<sup>89</sup>, preparando desta forma os alicerces da sua fundação. Este oficial acabou por falecer em 1900, não vendo realizado o seu desejo.

---

<sup>86</sup> Idem, *Ibidem*, 742.

<sup>87</sup> António José Telo, Homens, *Doutrinas e Organização (1824-1974) (tomo I)*, 172.

<sup>88</sup> A. H. Metzener, “A Liga Naval Portuguesa e o Resurgimento Marítimo de Portugal”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1904, 140-42.

<sup>89</sup> Este artigo, cujo nome *A revista naval de Spithead*, publicado em 1897 pág. 637-655, 755-797 expõem em espírito patriótico os objetivos da instituição, fazendo sempre chamadas para as ligas, tidas como referência. Também o Tenente Ramos da Costa já tinha escrito sobre este tema na *Revista do exercito e da armada*. “Informações Diversas”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1900, 360.

Quem lhe sucedeu e a quem verdadeiramente se deve o surgimento da criação da liga, foi o Primeiro-tenente António Alves Pereira de Mattos que foi nomeado para o cargo de secretário perpétuo da comissão.

Foi em 12 de Maio de 1900, numa sessão ordinária do Clube Militar Naval, que a pedido de Pereira de Mattos faz na ordem da noite, uma apresentação de proposta para a formação na Liga Naval Portuguesa aonde convida o rei D. Carlos I a tomar a presidência desta agremiação. É ainda nesta sessão do Clube Militar Naval, que este propõe os nomes integrantes da comissão destinada a estudar este assunto. Da plateia de oficiais presentes vários se manifestam em concordância para com esta proposta.<sup>90</sup> Na sessão de 23 de Maio, após um discurso de Pereira de Mattos foram eleitas as comissões de Lisboa e do Porto ficando assim nomeados os sócios fundadores da Liga.

## **Os motivos**

A Liga Naval Portuguesa nasce sob a ação de Pereira de Mattos, mas tanto no Clube como nos *Anais* se fala e se escreve sobre os proveitos que as suas congéneres estrangeiras têm dado aos seus países. Desta forma e sobre o mesmo ímpeto desde cedo se começa a falar na criação de uma liga naval em Portugal, na mesma medida em que com esta ambição também se reconhece que a criação de uma liga em Portugal tem de ser criada em tudo semelhante às dos outros países, aonde estas prosperaram.

Os objetivos que motivaram estes países na criação das suas ligas navais foram o de fazer passar para a opinião pública que os seus países sem marinha não conseguiriam atingir os níveis de desenvolvimento económico que até aí haviam conseguido.

A ideia de que só através de um consenso alargado de todas as classes sociais e de todas as atividades ligadas ao mar se conseguiria atingir o nível de proficiência desejado para as suas marinhas, tanto de guerra como de comércio, fizeram com que esta ideia de Liga Naval fizesse sentido.

Das atividades ligadas ao mar designam-se as indústrias de pescas e a formação dos pescadores, estudo e desenvolvimento da navegação comercial, incremento da marinha mercante e educação do seu pessoal, fomento da construção naval e das indústrias a ela conexas, instrução e divulgação da história marítima e comemoração dos grandes feitos marítimos, desenvolvimento da marinha de guerra nas exigências políticas e económicas

---

<sup>90</sup> Destes oficiais destacam-se Gago Coutinho. Este também lê um carta redigida por Albano Ramalho também demonstrando o seu total apoio. Idem, *Ibidem*, 362.



---

do estado e a construção naval ligada à componente de material bélico. Apesar destes desígnios para a criação de uma liga naval serem extensos, o que os liga é a criação de uma identidade marítima na nação. Para isto a Liga recorreria a todo o tipo de propaganda possível como conferências, livros, folhetos, revistas e periódicos.<sup>91</sup>

Estes foram os motivos que levaram à criação das ligas navais estrangeiras, e por inerência da importação das ideias estrangeiras também foram os seus objetivos, devido a Portugal padecer das mesmas causas.

## O estado da Marinha

O ambiente vivido pela instituição desde o início do século, já foi abordado, levou à importação de uma ideia de associação do estrangeiro, a já referida a Liga Naval.

Para além do estado deprimido em que se encontravam os navios e os militares da marinha outro problema que se manteve e esteve na génese do Clube era a relação com as colónias. Este problema já não se relacionava com a ligação entre estas e a metrópole, mas evoluíra para a falta de investimento e aproveitamento económico assim como para a falta de investigação destas áreas, apesar do grande esforço realizado pelo reino nos anos que precederam o Ultimato.

A Liga cumprira os seus desígnios, realizando diversas conferências e utilizando diferentes tipos de propaganda, mas o estado em que a marinha se encontrava mantinha-se inalterado como é possível verificar pelos diferentes artigos publicados dos *Anais* neste período.

Como prova do estado de descrença atingido existem nos *Anais* um conjunto de cartas redigidas por autores anónimos para a comissão de redação e que esta decidiu publicar, que nos falam sobre o êxodo dos oficiais de marinha e de algumas causas que podem levar ao desânimo dos oficiais de marinha em continuar na sua carreira de oficiais de marinha.<sup>92</sup>

A moral dos oficiais assim como o estado dos navios estavam maus. Contudo, não obstante a este problema durante toda a primeira década do século XX os oficiais tentam

---

<sup>91</sup> “Chronica do Mez”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1899, 849-872.

<sup>92</sup> Idem, *Ibidem*, 487-491, 757-760.

através de múltiplos artigos dos *Anais* reverter a situação a que a Marinha no geral havia chegado.<sup>93</sup>

No início do século ainda se colocava a questão da necessidade de uma marinha ou se, ao exército deveria ser atribuída em exclusivo a defesa do país.<sup>94</sup> Apesar de para os oficiais de marinha esta questão nunca lhes ter suscitado dúvidas, as questões com o material naval faziam-se repetidamente e traziam consigo diferentes formas de solucionar o problema naval, tendo sempre em consideração a situação de crise económica do país.

Na conceção de Antas Ribeiro, Portugal devia abandonar as ambições dos navios couraçados e de querer ser considerado uma potência naval. Deveria focar-se em maior detalhe na real função da marinha, que na sua ótica era as colónias. Neste sentido os navios existentes “não têm valor algum” e aqueles a adquirir deveriam ser com o propósito colonial. Antas Ribeiro também se mostra contra os navios únicos oriundos de programas não completos aos quais chama de “navios amostras”<sup>95</sup>

Também no período abordado é evidente uma ameaça proveniente de Espanha, esta ameaça é abordada por Pereira da Silva<sup>96</sup> e por Bruto da Costa<sup>97</sup> em seus artigos. Este último, remata o seu artigo com um dilema “*ou o Estado pode destinar 6000 contos por ano para a marinha de guerra ou não pode. Se pode, fazemos votos para que mande pôr em execução o mais urgentemente possível um plano de construções que nos garanta uma esquadra e um arsenal capaz de nos assegurar uma boa aliança e manter a nossa soberania. Se não pode faça o desarmamento do país*”<sup>98</sup>.

---

<sup>93</sup> Durante a primeira década foram publicados dez artigos envolvendo a marinha, o estado atual na época e os tipos de navios a adquirir.

<sup>94</sup> “Marinha de Guerra”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1900, 173.

<sup>95</sup> O autor elogia a Holanda, país pequeno equiparado a Portugal, que tendo sido bem administrada deixou as pretensões de ser considerada uma potência naval. Antas Ribeiro, “Sem Marinha”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1902, 235,236,238.

<sup>96</sup> Pereira da Silva, “O Nosso Plano Naval”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1909, 87-96.

<sup>97</sup> Bruto da Costa, “Estudo sobre a marinha de guerra portuguesa”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1907, 5-27.

<sup>98</sup> Idem, *Ibidem*, 27.



---

# CAPÍTULO 3

---

## O CLUBE MILITAR NAVAL E A PRIMEIRA REPÚBLICA

- A Grande Guerra
- Modernização Naval
  - O preparar para a Guerra
  - Durante a Grande Guerra
  - Pós Guerra
- Travessia Aérea do Atlântico Sul
- Continuidade ou rotura com a mudança de regime?





---

# **O CLUBE MILITAR NAVAL E A PRIMEIRA REPÚBLICA**

A vida pública portuguesa havia atingido um dos maiores picos da sua história moderna. As posições haviam-se extremado, em tamanha dimensão que culminaram com o regicídio do rei D. Carlos em 1908 e a deposição de seu filho D. Manuel II em 1910, implementando-se assim a república em Portugal acabando em definitivo com a monarquia.

É este ambiente de exaltação que Portugal conhece na sua recém-nascida república. As manifestações pró e contra, república e monarquia, sucedem-se. Diversas figuras de diferentes sectores de atividade manifestam e defendem abertamente as suas ideias, tanto republicanas com monárquicas. Dentro de uma das diversas atividades encontra-se a marinha, representada pela sua classe mais nobre, os oficiais da armada. Que à semelhança de individualidades civis, estes também se manifestariam usualmente através da escrita com forma de exporem as suas ideias.

Os governos transitórios sucedem-se a grande cadência, facto que os torna efémeros e com isto a tão desejada estabilidade governativa torna-se cada vez mais distante. A este desejo, junta-se a instabilidade europeia que desde cedo da primeira década fazia antever um conflito à escala global.

Os receios tornam-se realidade e a 28 de julho de 1914 começa a Grande Guerra, como era chamada na época, que posteriormente viria a ser denominada de 1ª Guerra Mundial.

## **A Grande Guerra**

Apesar de a guerra ter começado em meados de 1914, Portugal só ficará oficialmente ligado ao conflito após a declaração de guerra por parte da Alemanha, aquando da apreensão de navios desta nacionalidade e de outros pertencentes à Tríplice Aliança, ocorrida em 23 de fevereiro de 1916, em portos portugueses incluindo os do

ultramar português. No caso dos navios atracados no Tejo foram apreendidos trinta e cinco dos quais de bandeira alemã e somente um austríaco.<sup>99</sup>

Apesar deste gesto só ter formalizado a entrada de Portugal na guerra, já havia muita tensão com os alemães devido às possessões portuguesas em África. Tanto Angola como Moçambique também eram territórios extremamente alíciantes para a Alemanha e a sua visão colonial. Por inúmeras ocasiões ocorreram episódios em que os alemães entraram dentro das fronteiras portuguesas em África, fazendo com que os militares portugueses tivessem de combater.

Em todos os períodos, especialmente aqueles dominados por guerra, existem sempre figuras que emergem e sobressaem, devido a esse facto alguns ficam lembrados. Com estes períodos de tensão e guerra surgem sempre grandes avanços tanto a nível tecnológico como a nível de políticas e estruturas organizacionais.

Um das figuras que marcou o período atribulado e perigoso vivido no ante guerra foi o então capitão-de-fragata Jaime Daniel Leotte do Rêgo. Republicano fervoroso de ideais muito vinculados liderou uma revolução do dia 14 de maio de 1915, derrubando o governo de Pimenta de Castro<sup>100</sup>, sendo um dos resultados obtidos a criação da Divisão Naval de Defesa e Instrução. Outro ilustre oficial, a quem se fará referência posteriormente será o comandante Pereira da Silva.

Esta divisão será extinta, após o movimento revolucionário chefiado por Sidónio Pais, em 5 de dezembro de 1917. Apesar da extinção desta divisão muitos dos aspetos administrativos criados por Leotte do Rêgo foram mantidos, sendo renomeados mas obedecendo à estrutura já anteriormente definida. Após este movimento revolucionário Leotte do Rêgo será exilado a bordo de um cruzador inglês.<sup>101</sup>

Antes deste movimento que levou ao exílio de Leotte do Rêgo, é criado em 28 de setembro de 1917 o Centro de Aviação Marítima de Lisboa que teve o seu início em 24 de dezembro do mesmo ano. Este centro foi criado de acordo com uma convenção realizada entre Portugal e França, com qual ficaríamos obrigados a dispor de dois centros, um em Lisboa e outro situado no Algarve<sup>102</sup>. Em acréscimo a estes dois centros foram

---

<sup>99</sup> Esta apreensão havia sido feita através de um decreto emitido no próprio dia, aonde seriam requisitados pelo Governo Português. Jaime Correia do Inso, *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*, Edições Culturais da Marinha, Lisboa, 2006, 19-20.

<sup>100</sup> Com esta queda do governo de Pimenta de Castro, Portugal fica no rumo da guerra.

<sup>101</sup> Jaime Correia do Inso, *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*, 42-43.

<sup>102</sup> Este último não se chegou a estabelecer, devido à falta de pessoal especializado.



---

estabelecidos outros dois, um em Aveiro sobre coordenação francesa e um outro no Faial com a cooperação da aviação americana.<sup>103</sup>

O desenvolvimento desta tecnologia em muito contribuiu e auxiliou a nossa marinha nos meses que antecederam o armistício. Devido à pouca fiabilidade das máquinas assim como à pouca autonomia, estes meios aéreos seriam empregues sobretudo na confirmação da ameaça submarina, saindo da barra assim que havia o aviso de avistamento de submarino na nossa costa.

Em qualquer período de guerra existem perdas, sendo sempre de lamentar as perdas de vidas humanas. Além das baixas, existem também destruições assim como os afundamentos.

Durante a Grande Guerra, o afundamento que mais ficou marcado devido a diversas circunstâncias, e que também foi bastante referido nos *Anais do Clube Militar Naval*, foi o afundamento do *Augusto Castilho*. O caça-minas *Augusto Castilho*<sup>104</sup>, que a 14 de Outubro de 1918 se encontrava a fazer escolta ao paquete *S. Miguel* que se dirigia da Ilha da Madeira para Ponta Delgada encontrou o submarino alemão *U-139*<sup>105</sup> com o qual travou combate<sup>106</sup>. Assim que o comandante Carvalho Araújo se apercebeu que não era possível fugir lutou de forma heroica por forma a atrasar a marcha do submarino o mais quanto lhe foi possível, para que o paquete conseguisse se afastar o máximo possível deixando de ser possível a caça feita ao paquete. As palavras do comandante Perière demonstram bem a forma heroica e valente com que estes homens lutaram.<sup>107</sup>

*“A canhoneira atacou-nos. Era uma antiquada e mísera coisa sem peças capazes de competirem com as nossas e tinha uma guarnição por metade da do nosso navio. Eu nunca vi uma luta mais valente do que a sustentada por aquele velho calhambeque.”*<sup>108</sup>

---

<sup>103</sup> Jaime Correia do Inso, *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*, 63.

<sup>104</sup> Comandado pelo primeiro-tenente José Botelho de Carvalho Araújo, morto durante o combate. Encontravam-se a bordo o Guarda-marinha Manuel Armando Ferraz e o Aspirante de marinha Elói de Freitas também morto durante o combate.

<sup>105</sup> Comandado pelo Comandante Von Arnauld de la Perière, denominado “o ás dos ases”. Jaime Correia do Inso, *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*, 104.

<sup>106</sup> O combate pode ser considerado em cinco fases distintas. “O *Augusto Castilho* combateu, primeiro, em retirada, acompanhando o paquete, depois, alternadamente em caça e em retirada, até ao final”. Idem, *Ibidem*, 98.

<sup>107</sup> Idem, *Ibidem*, 98-104.

<sup>108</sup> Lowel Thomas, *Raiders of the Deep*, London, 1929, 341 *apud* Idem, *Ibidem*, 104.

Como já vem sido descrito, a nossa marinha nunca esteve guarnecida com os navios que realmente eram necessários para as missões, a acrescentar a este facto o deficiente armamento dos nossos navios, tanto para defesa própria como para defesa de outros navios, como daqueles que era suposto defender nos comboios.<sup>109</sup>

Assim e com o acréscimo da falta de oficiais, pois os que havia eram escassos para as prementes necessidades do serviço no mar chegaram a haver navios “só com um oficial de marinha: o Comandante”.<sup>110</sup>

## **Modernização Naval**

A modernização naval dos navios da marinha, sempre esteve assente nos planos que periodicamente eram mandados fazer, no entanto foram poucos os que alguma concretização tiveram ficando os restantes somente no papel.

Como acréscimo ao acima referido, junta-se a própria discordância das pessoas que em conjunto idealizavam e elaboravam os planos. A corrente dominante do pensamento naval que se fazia sentir na época era essencialmente os ideais de Mahan. Aqueles que se baseavam nestas ideias haviam lido avidamente o “*The influence of Sea Power upon History, 1660-1783*” publicado em 1890, tinham como visão a criação de esquadra repleta de navios com grande poder de fogo, para que através do poderio bélico se conseguisse dominar e negar o uso do mar, obtendo com isso o respeito das outras nações. Surge no entanto outra visão, a de Corbett que publica em 1911 o “*Some Principles on Maritime Strategy*”. Para Corbett “é menos importante conseguir o domínio absoluto do mar do que utilizá-lo segundo os interesses da nação”.<sup>111</sup>

## **O preparar para a Guerra**

Com a mudança de regime, será nomeada em 1911 uma comissão de avultadas dimensões, com quarenta oficiais de marinha, pelo Governo Provisório de então com o objetivo de preparar um plano naval. O objetivo desta comissão não será só o de criar um novo programa naval que sucedesse ao programa de Jacinto Cândido de 1896, mas também

---

<sup>109</sup> Idem, *Ibidem*, 116.

<sup>110</sup> Idem, *Ibidem*, 170.

<sup>111</sup> Nuno Sardinha Monteiro, “Poder Naval no séc. XXI: a morte de Mahan e a vingança de Corbett”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 2009, 11.



---

que através dele se consiga elaborar um projeto de estratégia nacional. Como parte integrante desta comissão estará o na altura tenente Pereira da Silva, com a função de relator. Este, que já anteriormente havia indicado a necessidade de um plano naval, “domina por completo” esta comissão.<sup>112</sup>

Este problema estava amplamente disseminado, pois para além de ser observável, Pereira da Silva dará grande enfoque numa série de artigos publicados nos *Anais do Clube Militar Naval* com o nome de “O Nosso Problema Naval”.

A formação deste plano será assente numa ótica mahanista. Este plano leva em conta a importância das ilhas dos Açores, em especial a Horta devido às suas características naturais, ficando estas como uma segunda base para o caso de um eventual ataque ou bloqueio a Lisboa. Para a idealização deste plano seriam necessárias duas esquadras semelhantes, considerando a possibilidade da divisão em caso de ataque. Desta forma seriam necessários só para operar em uma base três couraçados equivalentes aos maiores de seu tempo, pois de nada servia, nesta ótica, ter couraçados ou cruzadores de menor dimensão que não conseguissem fazer frente aos maiores, três cruzadores ligeiros ou avisos, doze contratorpedeiros, seis submarinos, dois torpedeiros e navios auxiliares a referir um lança-minas e um navio base de submarinos. Considera-se necessário contar com flotilhas de contratorpedeiros rápidos, com capacidade suficiente para suportar o mau tempo do Atlântico visto a possível necessidade de estes poderem ser empregues dos Açores para Lisboa. Ao plano proposto acresce ainda uma força de defesa de bases navais constituída por seis submarinos e seis contratorpedeiros. Este plano era para ser executado num prazo de três anos visto que já era perceptível o perigo de o início de uma guerra europeia. Este programa fica aprovado com o decreto de 26 de julho de 1912 e fica avaliado em 45 000 contos. O grande problema de base deste programa aprovado era, o de que o país não tinha capacidade financeira de suportar tal investimento na Armada em particular e na defesa em geral. Este plano baseava-se na hipótese de a Inglaterra financiar este investimento, só que para além do relacionamento entre as duas nações estar distante, a Inglaterra já estava a apoiar o programa naval espanhol.<sup>113</sup>

Acrescendo a este problema advém outro, o de o nosso Arsenal não dispor de capacidade de construir os grandes navios planeados, devido a isso estes teriam de ser adquiridos no estrangeiro e como já foi referido, nesta época já se começava a sentir uma

---

<sup>112</sup> António José Telo, Homens, *Doutrinas e Organização (1824-1974) (tomo I)*, 232.

<sup>113</sup> Idem, *Ibidem*, 233-234.

possível guerra o que fazia com que os estaleiros estivessem mais empenhados em construir para os próprios países.<sup>114</sup>

Face ao planeado no programa, os nossos atuais navios de nada serviam e nem mesmo o recém-lançado à água contratorpedeiro *Douro* encaixava neste pensamento. Em suma, seria necessário começar tudo de novo.<sup>115</sup>

À medida que o início da guerra se aproxima, começa-se a sentir um cada vez maior levantamento contra o plano aprovado em 1912, isto devido ao crescente sentimento da falta de concretização deste programa face ao valor megalómano envolvido. A juntar ao custo gigantesco deste plano acrescenta-se também a necessidade de alteração da nossa visão da política de marinha.

Quem se demonstra publicamente contra este plano é o Capitão-de-fragata Hugo de Lacerda que num texto com o mesmo título dos publicados por Pereira da Silva nos *Anais do Clube Militar Naval*, escreve que este plano não se encaixa na nossa marinha e que este programa foi aprovado pelo Parlamento “*em período de exaltação*”<sup>116</sup>, acrescentando ainda que “*somos da raça latina*”<sup>117</sup> e que cada vez mais os conflitos se resolvem através do direito, não sendo este um caminho a descurar.

A este manifestar de opinião por Hugo de Lacerda responde o Capitão-de-fragata Magalhães Correia no número seguinte dos *Anais* que os defensores do plano também são a favor da paz e que se atingiria uma meta altruísta se o mundo conseguisse viver sem a guerra. Facto é, que é utópico falar num mundo governado pelo direito visto este não ter evitado as sucessivas guerras que se têm travado no passado recente. A este argumento ainda se acrescenta outro, o de que ninguém se opõe à guerra quando um país invade as fronteiras soberanas de outro e destrói os lares de seus cidadãos. Magalhães Correia remata este artigo com,

*“Poesia, é querer as aspirações humanas acomodadas dentro do Direito, quando a força ainda é e será a única arma em que elas se firmam para resultarem eficazes.”*

A resposta a este artigo por parte de Hugo de Lacerda surge no número seguinte com um pequeno artigo, explicando o seu ponto de vista na questão económica do plano

---

<sup>114</sup> Idem, *Ibidem*, 234.

<sup>115</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>116</sup> Hugo de Lacerda, “O Nosso Problema Naval”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1914, 393.

<sup>117</sup> Idem, *ibidem*.



---

face aos constrangimentos do país. Acrescenta também que a via do Direito deve ser tentada antes do início das hostilidades como forma de evitar que estas aconteçam.

## **Durante a Grande Guerra**

O plano naval idealizado não será cumprido, ficando como muitos outros somente gravado no papel. As aquisições de meios navais serão feitas com base na verdadeira capacidade financeira do país assim como também na capacidade de os construir.

Desde muito cedo do início da conflagração que se percebe que o plano de 1912 não será posto em marcha, convencendo os oficiais que seguem na ótica de Mahan que não é possível adquirir aquela quantidade enorme de navios. Devido a isto, a estratégia e visão para a marinha que havia começado a ser preparada três meses após o surgimento da República tinha de ser alterada. Na realidade dos factos o plano em si nunca havia sido verdadeiramente seguido, porque era defendido que se iniciasse com a construção dos couraçados mas o que se comprava e construía eram pequenos vapores, contratorpedeiros e submarinos, pois essas eram as unidades que o país mais precisava.

Desta forma e face aos constrangimentos já apresentados, será elaborado em 1916 um plano de emergência por Pereira da Silva desta vez totalmente assente na verdadeira necessidade da nação, integrado com a experiência da guerra.

Este plano conta com quatro cruzadores rápidos que são classificados como não prioritários, com dezasseis contratorpedeiros cujo projeto já existia e pertencia ao estaleiro inglês Yarrow sendo classificados de prioritários e oito submarinos. Será justificado por Pereira da Silva que os submarinos e os contratorpedeiros são absolutamente necessários, como se tinha verificado pelas ilações tiradas da guerra, algo que não havia sido pensado em 1912.<sup>118</sup>

Este plano de 1916 será uma completa revisão do de 1912, deixando o pensamento da necessidade de grandes navios para enfatizar a necessidade de pequenos navios como submarinos e contratorpedeiros. Não só dos navios que se devia constituir se trata esta mudança, mas também no paradigma naval. Assim é deixada a ideia de força oceânica e de grandes forças de defesa de porto para passar a assegurar a missão até aqui não pensada de escolta aos poucos navios mercantes que ainda asseguravam o comércio nacional e ultramarino.

---

<sup>118</sup> António José Telo, Homens, *Doutrinas e Organização (1824-1974) (tomo I)*, 250.

## Pós-Guerra

A Grande Guerra faz perceber aos seguidores a nível nacional que os princípios mahanísticos de uma grande esquadra não haviam logrado no delineamento de um plano naval para Portugal.

As conversações na Conferência de Versalhes não são auspiciosas para as pretensões navais portuguesas, assim a ambicionada reforma da esquadra através das indemnizações de guerra não se concretiza ficando Portugal somente com os navios apreendidos em Lisboa, no dia em que oficialmente Portugal integrou o conflito.

Em 17 de dezembro de 1923, Pereira da Silva toma conta da pasta da Marinha tentando implementar de novo uma renovação da Armada. Fica no cargo até junho de 1926, sendo considerável face à sucessão de governos dos mais vários quadrantes políticos. Pereira da Silva, capitão-de-fragata amadureceu em muito a sua visão e pensamento face à Armada, já não se deslumbrando com a necessidade das grandes esquadras. Pensamento que partilha como jovem tenente na comissão de 1911.<sup>119</sup>

A visão de Pereira da Silva fica expressa num artigo publicado no *Anais do Clube Militar Naval*, com o nome de “Política naval e política naval nacional” em 1924, este artigo de longo extensão ocupa na sua totalidade os números 1, 2 e 3 dos *Anais* do referido ano. Não aborda apenas um plano naval, como também o seu autor sente a necessidade em estudar a sua exequibilidade.<sup>120</sup>

Com o programa que é proposto em 1924, a preocupação central será a vizinha Espanha. O objetivo principal recai sobre a dissuasão do inimigo acompanhada da capacidade de defender a soberania das colónias. Os couraçados que eram a base do pensamento do plano de 1912 agora são descartados, “na época atual, a aquisição e custeio de navios capitais é para nós proibitiva”<sup>121</sup> deixando de lado as ideias de esquadras fortaleza e o controlo do mar defendido por Mahan. Os navios pensados com este plano têm por base as lições aprendidas na guerra, assim Pereira da Silva idealizou quatro cruzadores ligeiros, seis cruzadores torpedeiros, catorze contratorpedeiros, oito

---

<sup>119</sup> Idem, *Ibidem*, 315.

<sup>120</sup> Pereira da Silva, “Política Naval e Política Naval Portuguesa”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1924, 157-165.

<sup>121</sup> António José Telo, Homens, *Doutrinas e Organização (1824-1974) (tomo I)*, 316.



---

submarinos, um navio porta-aviões, um lança-minas e diversos navios auxiliares e ainda planeou três centros de aviação naval no continente.<sup>122</sup>

Com a nação ainda mergulhada numa das piores alturas da crise económica não havia a verba necessária para o cumprimento do programa preconizado.

Apesar de este programa naval não ser realizado, as mudanças efetuadas por Pereira da Silva a nível de reorganização da Armada são bem-sucedidas, extinguindo os comandos de defesa marítimos e estabelecendo uma base permanente em Lisboa e três eventuais em São Vicente, Leixões e Ponta Delgada ficando preterida a Horta seguindo o ponto de vista do triângulo estratégico de Botelho de Sousa. A Armada ficaria assim dotada de uma diversa e completa legislação, assim como um coerente plano naval, só que a estado real da sua força não passava do que o próprio Pereira da Silva chamava de “*zero naval*”.

Só em 1928 a situação económica do país melhora com a entrada do professor de Coimbra António de Oliveira Salazar. Com o auxílio da crise mundial em 1929 surge em 1930 o primeiro orçamento equilibrado<sup>123</sup> em décadas e assim abre-se a oportunidade de um novo plano, desta vez pensado por Magalhães Correia e aprovado em julho de 1930.

## **Travessia Aérea do Atlântico Sul**

A influência dos Estados Unidos da América no pós-guerra faz-se sentir cada vez mais e ganha maior projeção a nível mundial. Com um projeto de construções navais de grande dimensão, só acompanhada em parte pelo Japão, visa apresentar-se como a primeira potência naval mundial.

Nesta ótica de afirmação do seu poderio insere-se a primeira travessia aérea do Atlântico Norte realizada em 1919 no sentido Oeste-Este por parte da marinha americana, chegando a Lisboa um hidroavião NC-4, a 27 de maio após uma escala na base naval americana de Ponta Delgada.<sup>124</sup>

---

<sup>122</sup> Pereira da Silva, “Política Naval e Política Naval Portuguesa”, 154-155.

<sup>123</sup> Com o “crash” da bolsa de Wall Street, em 1929, o Dólar baixa o seu valor. Portugal como um país essencialmente devedor, fica nos dias seguintes ao “crash” com um valor de dívida menor do que aquele que havia antes do “crash”. Esta valorização virtual do Escudo faz com que a dívida seja substancialmente menor do que a que existia anteriormente, permitindo a Portugal estabilizar a dívida e criar orçamentos equilibrados, pois o montante de juros a pagar era substancialmente menor. António José Telo, Homens, *Doutrinas e Organização (1824-1974) (tomo I)*, 329.

<sup>124</sup> Esta base manteve-se operacional após o término da guerra para apoiar a concretização de este projeto. Idem, *Ibidem*, 299.

Esta viagem de logística megalómana tinha envolvido setenta navios de guerra posicionados a cada sessenta milhas como forma de auxiliar os pilotos na navegação, “*mas, essa viagem nada adiantou quanto à navegação aérea.*”<sup>125</sup>

Apesar da viagem nada ter trazido de novo, esta viagem fez o Comandante Sacadura Cabral pensar na possibilidade de serem os portugueses a efetuar a primeira travessia aérea do Atlântico Sul, repetindo o feito realizado quatrocentos e vinte e dois anos antes por mar, desta feita por ar.<sup>126</sup> Também a ideia “*de mostrar que a Aviação Marítima Portuguesa, desde que tivesse elementos, poderia fazer o mesmo que qualquer outra aviação estrangeira*”<sup>127</sup> impeliu Cabral para a execução da façanha.

A travessia começou a ser preparada a partir de 1920. Gago Coutinho a quem Sacadura Cabral o descreve com sendo “*velho amigo e companheiro dos tempos em que pelo interior d’África delimitávamos fronteiras, oficial que sempre se interessara por tudo quanto era navegação e astronomia. Começamos então pensando no que deveria ser a navegação aérea, os métodos a empregar, na forma de os executar e nestes estudos alguns meses se passaram.*”<sup>128</sup> desenvolvendo e aperfeiçoando os instrumentos para a navegação astronómica aérea<sup>129</sup>.

Em 1921 efetua-se um raid aéreo entre Lisboa e o Funchal, o qual vem descrito nos *Anais*<sup>130</sup> e que serve como ensaio para a grande viagem do ano seguinte. Nos *Anais* de 1921, sobre a temática da aviação são publicados três artigos. Se for considerado o parco número de artigos publicados nesse ano torna o tema aéreo bastante abordado. Este indício permite constatar a importância que era dada pela sociedade da época ao tema e daí ser possível compreender o impacto e a envolvimento causada pela travessia de 1922.

A viagem inicia-se em 30 de Março junto à Torre de Belém e termina em 17 de Junho na baía de Guanabara no Rio de Janeiro. Esta viagem que contou com diversos episódios e adversidades, das quais se destacam a utilização de três hidroaviões, teve o acompanhamento do cruzador *República*, o aviso *5 de Outubro* ambos partindo de Lisboa em 25 de março, em caso de necessidade podia ser requerida adicionalmente a canhoneira *Bengo*.

---

<sup>125</sup> Eduardo Scarlatti, “Viagem de Gago Coutinho e Sacadura Cabral”, *Número Especial Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1972, 36.

<sup>126</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>127</sup> Artur Sacadura Cabral, “O raid aéreo Lisboa-Funchal”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1921, 189.

<sup>128</sup> Vicente Almeida d’Eça, “Breve Descrição da Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul”, *Número Especial Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1972, 8.

<sup>129</sup> Gago Coutinho publica em 1920 nos *Anais* o seu estudo. Carlos Gago Coutinho, “Algumas considerações sobre navegação astronómica aérea”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1920, 277-290.

<sup>130</sup> Artur Sacadura Cabral, “O raid aéreo Lisboa-Funchal”, 189-214.



Através dos *Anais* é possível verificar da importância que este assunto causou na sociedade, os números de abril a junho foram dedicados “*á grande travessia aeronáutica Lisboa-Rio de Janeiro realizada por Gago Coutinho e Sacadura Cabral*”<sup>131</sup>. O envolvimento causado pelo feito originou inúmeras demonstrações de apreço sob diversas formas. Uma delas foi a sessão de homenagem promovida pelo Clube Militar Naval que ocorreu na Sociedade de Geografia de Lisboa a qual contou com a presença do Presidente da República e o Ministro da Marinha.

A primeira travessia aeronáutica do Atlântico Sul não teve só a sua importância devido ao feito histórico e simbólico da viagem em si própria, assim como também “*representa o passo mais gigantesco dado no caminho da resolução prática dos problemas de navegação através do ar*”<sup>132</sup>. Os instrumentos utilizados na viagem, nomeadamente o corretor de rumos e o sextante adaptado representam avanços materiais originados por aquela viagem, ao nível científico e técnico foi a transformação das fórmulas astronómicas que permitiu que grande parte dos cálculos fossem efetuados em terra tornando o ponto astronómico aéreo mais cómodo e expedito.

Esta evolução a nível técnico e científico deu origem a um artigo publicado nos *Anais*. Coutinho e Cabral por saberem da importância do avanço que haviam proporcionado à aviação traduzem o artigo em três línguas estrangeiras que são publicados nos *Anais*<sup>133</sup>. Esta escolha dos *Anais* para publicar os seus trabalhos são reveladoras da projeção que os *Anais* tinham nos países estrangeiros.

## **Continuidade ou rotura com a mudança de regime?**

Analisar a forma com que os *Anais do Clube Militar Naval* e o próprio Clube em si se relaciona com o poder é uma laboriosa e por vezes indeterminada tarefa, isto devido ao facto de os oficiais e tudo o que lhes está associado haver sempre a tentativa de se relacionar com os sucessivos governos e regimes.

Não obstante ao acima descrito e adotando uma opinião de António Telo, a de que “*a Marinha é, por norma, um baluarte das ideias liberais mais avançadas nas Forças*

---

<sup>131</sup> Esta frase encontra-se impressa na capa do número dos *Anais* referido.

<sup>132</sup> Carlos Gago Coutinho e Artur Sacadura Cabral, “A Navegação Aérea”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1922, 301.

<sup>133</sup> O artigo é publicado na língua francesa, inglesa e alemã. Idem, *Ibidem*, 329-418.

*Armadas, o que terá que ver com as ligações mais assíduas ao estrangeiro*” as gentes pertencentes à Armada nunca deixaram de participar na vida pública do país.

Apesar de esta participação ativa se poder associar já ao tempo das descobertas, no início do século XX esta voltou a ser especialmente forte quando a Carbonária Portuguesa se infiltrou quase que por completo a partir de 1908 na organização, “*nos navios e no Quartel de Marinheiros praticamente todos os sargentos, cabos, marinheiros e grumetes já haviam feito o seu juramento de fidelidade à Carbonária Portuguesa*”<sup>134</sup> quanto à classe de oficiais contavam-se trinta, com posto entre Guarda-marinha e Vice-almirante. Assim e após o regicídio do rei D. Carlos, que começou a ser planeado em agosto de 1907<sup>135</sup>, a armada passa a ter como pensamento os ideais republicanos.

Com a mudança de regime, bem recebida pela Armada, logo foi reconhecida a necessidade da reformulação de diversas pastas do executivo, na marinha cria-se uma comissão para delinear o programa naval de 1912, anteriormente referido.

O descontentamento volta a ser patente com a revolta de 14 de maio de 1915, que fez com que seja deposto o governo de Pimenta de Castro. O papel da Armada faz-se em duas áreas de ação, com uma força naval comandada pelo cruzador *Vasco da Gama*, comandado este por Leotte do Rêgo que inclusive chegou a abrir fogo contra terra e a outra ação em terra com militares barricados no Arsenal e na Baixa.<sup>136</sup>

Em 1919, quando se instala a guerra civil contra a precipitada restauração monárquica a armada volta a estar associada a nova revolta. Desta feita, não se manifesta contra o governo, sendo o seu apoio bastante apreciado para se controlar Lisboa assim como a ajuda dispensada no controlo à monarquia do norte aonde é empregue uma divisão naval<sup>137</sup> entre Aveiro e Caminha.

A partir de 1921 é notória uma divisão do pessoal de marinha. Por um lado a radicalização de uma parte que apoia o Partido Radical Republicano e por outro crescente crítica em relação à evolução política do regime devido à sua incapacidade de obter a estabilidade apregoada, esta última apoiada por grande parte dos oficiais. Assim a marinha torna-se palco de diversas conspirações com o aproximar do fim da república.<sup>138</sup>

---

<sup>134</sup> Carlos Manuel Valentim, “Quando o Clube Militar Naval e os seus Anais influenciavam o poder (1866-1930)”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 2005, 759.

<sup>135</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>136</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>137</sup> Esta divisão naval era comandada pelo Contra-almirante Borja de Araújo e sendo o chefe de estado-maior o Capitão-de-fragata Pereira da Silva. A divisão naval era constituída pelo cruzador *Vasco da Gama*, o transporte *Pedro Nunes*, dois contratorpedeiros, três vapores, uma canhoneira e a esquadilha de caça minas e patrulhas. António José Telo, Homens, *Doutrinas e Organização (1824-1974) (tomo I)*, 303.

<sup>138</sup> Idem, *Ibidem*, 304.



---

Em 7 de julho existe novo movimento mais radical liderado por Mendes Cabeçadas. A este movimento só adere o cruzador *Vasco da Gama*. Este movimento não toma grandes repercussões devido ao conhecimento profundo do espírito vivido na Armada por Pereira da Silva, então Ministro da Marinha.<sup>139</sup>

Desta forma a Armada não apoia o Partido Democrático em 28 de maio de 1926, assim como o envolvimento nas conspirações de agosto de 1926 e de fevereiro de 1927 não é vasta.

Este serenar dos ânimos em muito contribui para o equilíbrio interno da Armada assim como para a forma como era observada pela ditadura militar que começa em 1926.

---

<sup>139</sup> Pereira da Silva manda sair a restante esquadra situada no Tejo, como medida preventiva para que não haja navios a combater navios. Este preocupa-se em manter afastados dos comandos operacionais o sector mais radical mesmo que para isso “tenha de mandar abater prematuramente navios.”, assim o núcleo mais radical da organização foi afastado contribuindo para o afastamento político da Armada. Idem, *Ibidem*.





---

# CAPÍTULO 4

---

## **O CLUBE MILITAR NAVAL E O ESTADO NOVO**

- Ditadura Militar
- Segunda Guerra Mundial
  - Ante Guerra
  - O Conflito
- Portugal e a NATO
- A Guerra Colonial
- O 25 de abril de 1974





---

# O CLUBE MILITAR NAVAL E O ESTADO NOVO

Este capítulo será subordinando ao Estado Novo. Contudo, apesar deste período temporal estar delimitado entre 1933 e 1974 devido à entrada em vigor da constituição de 1933 e a revolução de 1974, este período foi precedido por uma Ditadura Militar instaurada em 1926.

Pode afirmar-se que o intervalo de tempo não fica somente definido entre os anos de 1933 e 1974, podendo-se considerar que o regime ditatorial vivido após a Primeira República se alarga, abrangendo o período vivido após 1926. Esta afirmação é sustentada por dois fatores, o primeiro de que as pessoas envolvidas no período de ditadura são transpostas para o Estado Novo, sendo o caso mais marcante do professor António Oliveira Salazar que toma posse em 1928 do Ministério das Finanças e depois de 1933 se torna na figura mais influente do estado ocupando o cargo de presidente do conselho, havendo por isso uma continuidade. O segundo fator é o da consistência das orientações políticas adotadas, que se pode dizer dependente do primeiro devido à continuidade das pessoas, sendo por isso que o único fator que muda em 1933 seja somente a adoção de uma constituição.

Assim a abordagem a este capítulo será feita a partir do início da Ditadura Militar passando após para o Estado Novo tradicionalmente definido.

## Ditadura Militar

No seguimento do decreto que nomeia o General Carmona para presidente interino, o anterior governo é dissolvido deixando Pereira da Silva de estar ligado ao Ministério da Marinha.

Nos *Anais* o reflexo desta mudança não é perceptível, não sendo claro se esta omissão é encarada como uma das várias mudanças governativas verificadas durante a Primeira República, que segue na ótica do não envolvimento dos *Anais* nas questões políticas do estado e do país, ou se na época não era possível verificar o alcance que esta mudança governativa viria a atingir. Certo é, que não existe referência a esta mudança em

oposição às verificadas no passado, como na transição da monarquia para a república<sup>140</sup> e posteriormente também verificada na transição em abril de 1974<sup>141</sup>.

Com a saída de Pereira da Silva do ministério, já acima descrita, verifica-se que este volta a ter a seu cargo a redação de artigos para os *Anais*. Estes artigos sob a forma de crónicas, assumindo inicialmente a designação de *Crónica Naval*, evoluindo posteriormente para *Crónica Marítima*, estando divididos em três temas os quais referentes a cada uma das três componentes da guerra atualmente conhecidas, superfície, sub-superfície ou submarina e a aérea.

Estas crónicas apesar de não serem assinadas, sendo que no fim eram deixadas as iniciais dos seus autores, facilmente era discernível a sua autoria como o parte de superfície assinada por P.S. a quem nos atribuímos a Pereira da Silva assim como a parte submarina assinada por A. B. e a quem atribuímos a Alfredo Botelho de Sousa. A única crónica que foi escrita em todos os números desde 1927 até 1930 de forma ininterrupta foi a que estava a cargo de Pereira da Silva sendo que nas outras apesar de não terem a mesma minúcia e extensão no detalhe dos assuntos foram editados números sem estas crónicas e inclusive alterados os cronistas.

Estas crónicas continham detalhe dos navios, submarinos ou aviões que durante aquele período de tempo haviam sido construídos, recebidos ou planeados nos diferentes países, sendo os países abordados de diferentes continentes apesar de existir um grande enfoque nos Estados Unidos da América e nos países do continente Europeu. Mas não foram somente estas crónicas que de certo modo “influenciavam” os leitores, também outros artigos publicados durante este período o fizeram. O artigo sobre o programa naval francês publicado em 1926, o artigo de Botelho de Sousa sobre o triângulo estratégico e a defesa dos portos de 1926 entre outros artigos sob o âmbito da artilharia, do valor estratégico e das características dos submarinos, da importância e dos equipamentos de comunicações navais, minas e torpedos, aviação publicados entre 1926 e 1930 pretendem não só realçar a importância para os camaradas oficiais de marinha sobre os importantes temas da atualidade naval da época como também mostrar às pessoas fora do âmbito naval as evoluções que se iam sucedendo tentando através destas mostrar que nós por comparação estávamos cada vez mais distantes e obsoletos com a intenção que a esquadra fosse acompanhando as evoluções das outras.

---

<sup>140</sup> A Redação, “A República Portuguesa”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1910, 627-628.

<sup>141</sup> “Nota de Abertura”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1974, 255.



É devido a este grande enfoque verificado nos *Anais* sobre os assuntos acima mencionados, que acreditamos que os autores através dos *Anais* tentavam exercer alguma influência no poder político através do alerta sobre o ponto de situação da marinha.

A envolvente internacional vivida na época era a do desarmamento dos países através de restrições de armamento e que chegaram inclusive a celebrar pactos como o de Briand Kellogg em 1928<sup>142</sup>. Este tema das restrições em armamento originou em 1930 um acordo naval entre as maiores nações realizado em Londres. Este foi de tal forma noticiado pela imprensa que Pereira da Silva crê “oportuno tratarmos especialmente do problema da restrição de armamentos navais”<sup>143</sup> que será feita na crónica *Política Naval*.

Com a entrada para o cargo das finanças de Salazar em 1928, auxiliado pela crise económica mundial de 1929 que fez com que retornassem ao país importantes quantias, divisas e ouro, foi possível proceder-se ao equilíbrio das finanças do estado e por conseguinte dotar os ramos de meios minimamente modernos que considerassem prioritários face à obsolescência dos meios ainda em uso.<sup>144</sup>

Assim em 17 de julho 1930 é aprovado por decreto um novo programa naval, apelidado de Magalhães Correia<sup>145</sup>, que é apresentado na *Crónica Geral de Marinha* publicado nos números 9/10 e 11/12 dos *Anais* de 1930 e vai “contra o costume adoptado nos nossos *Anais*” de se referir “nestas crónicas a Portugal”.<sup>146</sup>

A marinha também cria neste ano a Comissão de Propaganda de Marinha, que depois se funde com a também criada pelo Clube Militar Naval e à qual não integra Pereira da Silva. Esta Comissão é criada com o intuito de sensibilizar a opinião pública para as questões de marinha e a partir daí de algum modo pressionar o governo para que este ramo fosse preferido ao Exército. Esta ideia também é impulsionada com a decisão governativa de dispor só uma verba para o rearmamento militar e face à vastidão do Exército o rearmamento deste ultrapassava a verba definida.<sup>147</sup>

Devido ao trabalho de propaganda realizado pela comissão junto da população que fez com que as questões do “zero naval” e da necessidade de proteção das colónias fossem assimiladas, levou à concretização de parte do plano delineado, sendo este plano abraçado

---

<sup>142</sup> Pereira da Silva, “Política Naval”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, n.º janeiro a fevereiro, 1930, 117.

<sup>143</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>144</sup> António José Telo, Homens, *Doutrinas e Organização (1824-1974) (tomo I)*, 329.

<sup>145</sup> Oficial que partilhava as ideias de Pereira da Silva e anteriormente em 1914 havia entrado em uma troca de artigos publicados nos *Anais* com Hugo de Lacerda sobre o programa de então.

<sup>146</sup> Pereira da Silva, “Crónica Geral de Marinha”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, n.º setembro a outubro, 1930, 171.

<sup>147</sup> António José Telo, Homens, *Doutrinas e Organização (1824-1974) (tomo I)*, 332.

pelo governo como uma das suas prioridades de ação como forma de recolher dividendos políticos.<sup>148</sup>

Ainda em 1930, é publicado um anexo aos *Anais* de maio a junho sendo um conjunto de conferências proferidas por oficiais de marinha e civis sobre a marinha, o mar e Portugal no qual Pereira da Silva é autor de dois textos. De referir é o facto que esta é das últimas vezes que Pereira da Silva escreve para os *Anais* até ao fim da Ditadura Militar, voltando só a escrever no número de março e abril de 1933 sendo este o primeiro número publicado dos *Anais* após a aprovação da constituição em fevereiro de 1933. Não se sabe se esta saída abrupta é motivada pelas afirmações que este faz nestes textos, como sendo que a “*marinha não existe*” e que estes não passam de um “*amontoado de navios velhos que se mantém ao serviço a custo de largo dispêndio em reparações e devido ao cuidado e zelo dos nossos oficiais e marinheiros*”, ou se pela afirmação “*que o Tratado Naval de Londres não solucionou o problema dos armentos nem desarmou os espíritos, encontrando-se de pé todos os factores capazes de levar os povos à guerra no futuro*” que fez na crónica de *Política Naval* de julho a agosto do mesmo ano que motivaram o governo a efetuar algo que será habitual durante o Estado Novo, a censura de opinião ou se esta saída foi motivada pela não inclusão na Comissão de Propaganda de Marinha.

Com a ausência de Pereira da Silva da redação da crónica esta perde alguma profundidade e abrangência, sem no entanto nunca se deixar de escrever sobre os assuntos, assim como da importância dos submarinos, da aviação e das comunicações.

## **Segunda Guerra Mundial**

### **Ante Guerra**

Com a aprovação da Constituição de 1933, é adotada a designação de Estado Novo pelo governo sem que com esta alteração haja mudanças significativas a nível político. Salazar ocupa a função de Presidente do Conselho de Ministros assim como o general Óscar Carmona se mantém na função de Presidente de Portugal.

Apesar de a nível político não ter havido alterações significativas, nos *Anais do Clube Militar Naval* houve o ressurgimento, já abordado anteriormente, de Pereira da Silva nas funções de cronista sendo o responsável pela criação de uma nova crónica que visava

---

<sup>148</sup> Idem, *ibidem*, 333-334.



---

abordar a *Política Internacional*. A criação desta crónica é justificada devido ao “*período de grande transformação no domínio de todas as actividades humanas*” que “*a vida no mundo está atravessando*” e que “*causa-nos a impressão que se caminha para um novo mundo*”.<sup>149</sup>

Estas crónicas, apesar de se referirem em exclusivo à política internacional e devido a isso não são uma referência direta ao que se passa em Portugal, contudo, não deixam de ser importantes para a perceção da evolução dos motivos e razões para a conflagração que advirá e serão sobre estas em que este subcapítulo se baseará.

Estas crónicas começaram a ser publicadas em março/ abril de 1933 e prolongaram-se até 1938 e nelas é nítida e enfatizada a crescente tensão política vivida na Europa, o crescente rearmamento dos países sobre tudo devido à posição demonstrada pela Alemanha de se rearmar contra as disposições da Conferência de Versalhes, alegando o propósito fins de segurança e de equidade, fazem com que as intenções de paz saiam defraudadas. As diversas conferências e reuniões realizadas não atingem o seu intento e desde 1935, e mesmo antes, se percebe que o culminar desta situação será um conflito a nível europeu que arrastará para si as demais nações do mundo tornando-se assim num conflito mundial. A guerra civil espanhola, preconizadora do conflito europeu, também se demonstra como sendo um conflito aonde se faz perceber em certa medidas as intenções e visões dos líderes europeus para os acontecimentos que se lhe sucedem.

Após a aprovação do plano Magalhães Correia, nos *Anais* surgem temas de artigos que abrangem a artilharia, as comunicações, as minas, a aviação, os submarinos, os sistemas de propulsão das máquinas dos navios, todos estes temas têm especial ênfase na altura, pois em alguns casos escreve-se a favor ou contra certo tipo de equipamento que virá a ser instalado nos nossos novos navios, permitindo alguma substituição e em outros casos como o da artilharia que devido ao incremento tecnológico das peças, estes textos servem como apontamentos para quem as venha a utilizar.

O incremento tecnológico referido é sentido a todos os níveis com os novos navios e é inclusive mencionado no relatório anual efetuado pelo Ministro da Marinha.<sup>150</sup> Sendo este um dos motivos apresentados para a passividade observada em 1935 aquando da mudança da política militar nacional.

---

<sup>149</sup> Pereira da Silva, “Política Internacional”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, n.º março a abril, 1933, 173.

<sup>150</sup> Com o salto qualitativo advieram problemas na formação, manutenção, organização e hábitos e com isso sentiu-se a necessidade de se criar cursos de formação que vêm descritos nos *Anais*. António José Telo, Homens, *Doutrinas e Organização (1824-1974) (tomo I)*, 375.

Em 1935 assiste-se a uma inversão da política militar nacional portuguesa, deixando a marinha de ser o ramo no qual é sentido um maior investimento. Esta alteração é motivada devido à mudança na forma da definição da ameaça, passando a observar-se a Espanha como um *”grande inimigo potencial”*. Santos Costa é um dos principais defensores da mudança, defendendo a necessidade da criação de um exército tão grande quanto possível como a única forma de Portugal se defender de uma invasão espanhola. Esta ideia que motivou a mudança do paradigma militar nacional vai em tudo contra o defendido, e já mencionado, por Pereira da Silva.

Nos *Anais* de 1935 existe a edição de um artigo publicado com o título *influencia do favoritismo no carácter militar*, que apesar de não ser visível nenhuma ligação ao já exposto faz denotar a existência de influência do regime dentro das organizações militares, da qual destacamos a marinha.

A guerra civil espanhola inicia-se em 1936 e este será um prelúdio do segundo grande conflito mundial, na qual se consegue discernir facilmente através dos apoiantes de ambos os lados do conflito espanhol, as nações que posteriormente iniciaram a beligerância como aliadas. Nos *Anais* a referência ao conflito espanhol só será referida por Pereira da Silva em suas crónicas.

A constatação de que em 1938 no número de abril a junho é publicada a última crónica sobre política internacional por Pereira da Silva pode ser encerrada como uma aproximação do nosso governo às nações com governos de motivações nacionalistas, nomeadamente a Alemanha de Hitler, a Itália de Mussolini e o apoio a Franco em Espanha, isto devido ao facto de que nesta altura da vida internacional não se compreende a descontinuação de uma crónica para a qual não faltava acontecimentos que mereciam a sua crítica e opinião para a sua escrita. Pereira da Silva deixa de escrever sobre política internacional e ficando somente encarregue da crónica geral de marinha.<sup>151</sup>

Com o início do conflito em Espanha, existia o temor de que esta pudesse vir a ter repercussões nas forças armadas portuguesas. O receio tornou-se realidade quando em setembro de 1936 existiu uma revolta, apelidada de “revolta dos marinheiros”.<sup>152</sup> Nesta

---

<sup>151</sup> Algo que pode complementar a explicação de este segundo afastamento são as visões de Pereira da Silva que são publicadas no artigo do número de outubro a dezembro de 1938 dos *Anais* sob o título de “o campo estratégico metropolitano” aonde expõem a sua visão da estratégia portuguesa face às ameaças mais prováveis e aos cenários de Portugal pode enfrentar, este pensamento de Pereira da Silva continuavam a “inspirar as concepções do Estado Maior Naval”. Idem, *Ibidem*, 377. É notória a ação de censura exercida nos *Anais* por parte do governo, ao qual as ideias e as crónicas de Pereira da Silva não é indiferente. Esta censura por outro lado pode também fazer constatar da projeção que os *Anais* tinham no países europeus sendo esta uma possível causa para o termino da crónica *Política Internacional*.

<sup>152</sup> Idem, *Ibidem*, 395-396.



revolta não se verificou a participação de oficiais da armada. Nos *Anais*, em 1936, verifica-se que existe um renovar com a preocupação sobre o sistema de promoções no qual são editados no número de janeiro a março dois artigos sobre este tema complementada por outro editado no número de julho a setembro, não deixa de ser irónico que no ano em que o clube celebra o seu septuagésimo aniversário a questão das promoções volte a estar na preocupação dos oficiais. De notar que em 1939 existe editada uma conferência de Almeida Amaral sobre o título “*modernos processos de selecção do pessoal da marinha de guerra*” que tem em consideração os processos nos serviços psicológicos militares alemães, que a nosso ver, vem no seguimento da revolta de 1936, releva-se também a origem de estas investigações que atestam a efetiva proximidade de Salazar a Hitler.

## O Conflito

Apesar não estar explícito nos *Anais*, a política internacional portuguesa sofre algumas alterações ao nível da orientação política aproximando-se da Alemanha, contrariando a tradicional aproximação de Portugal à Inglaterra como aliada.<sup>153</sup>

A guerra civil espanhola em muito contribuiu para este aproximar de Portugal à Alemanha, estando Portugal conjuntamente com a Alemanha e a Itália no bloco de países aos quais se insinuava de favorecer os “*nacionalistas do governo de Burgos*”<sup>154</sup>.

Com o decorrer da guerra a política internacional portuguesa aproxima-se novamente da Inglaterra e das nações Aliadas no conflito.

A Segunda Guerra Mundial inicia-se em 1 de setembro de 1939, com a anexação da Polónia, mas ao contrário da Grande Guerra, Portugal não tem um papel de interveniente direto no conflito. Este foi um conflito ao qual desde os inícios da década de 30 se fazia antever.

Como já anteriormente referido, vários foram os motivos que desencadearam a beligerância e Portugal durante todo o conflito apesar de nele não ter participado, forneceu auxílio a ambos os lados do conflito.<sup>155</sup>

---

<sup>153</sup> Esta assumpção é feita com base na aproximação de Portugal à Alemanha, com a qual Portugal efetuou contratos para o rearmamento do exército, ao nível do armamento portátil, dos veículos e material de engenharia.

<sup>154</sup> Pereira da Silva, “Política Internacional”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1937, 303.

<sup>155</sup> De facto Portugal foi um país que sempre manteve contactos com ambos os lados dos conflitos. Por um lado, à Alemanha, Portugal fornecia as conservas para alimentação das tropas assim como o volfrâmio. Por outro, aos aliados, a cedência e criação de bases de apoio em troca do recebimento de material de guerra. Esta

Como em qualquer conflito, a guerra, é sempre o derradeiro teste à conceção estratégica de defesa dos países e Portugal, assim como a sua política de defesa, não é exceção. A política seguida pelo governo com a viragem para o exército marcou de forma significativa a presença, o envolvimento e as ações portuguesas durante a guerra.

Antes do início do conflito à escala mundial, Portugal e o seu governo estava de certa forma alinhado com os países do eixo, pondo de parte o envolvimento, não na totalidade, com os aliados.

Esta orientação política não é totalmente perceptível nos *Anais*, à semelhança dos princípios anteriormente seguidos por outras comissões de redação. Contudo, nota-se que a forma e os conteúdos abordados e publicados nos *Anais* durante a guerra, na sua maioria, estão alinhados com as ideias, princípios assim como realçam bastante a evolução tecnológica aliada. Assim pode-se confirmar que os “contactos existentes desde 1939” permitem constatar que a quase totalidade dos oficiais da armada “eram favoráveis aos aliados”.<sup>156</sup> Convém salientar que em 1939 é publicado um artigo sobre os teste de admissão na marinha de guerra que fazem denotar alguma proximidade com os países do eixo, em especial da Alemanha.

De facto nos *Anais* esta atitude de isenção fica bem patente. “*Poucos comentários devemos aqui fazer da nossa atitude imparcial, como nos cumpre.*”, este comentário de Pereira da Silva faz denotar não só a independência de cariz político dos *Anais* como também reitera a ideia de suporte existe na armada à causa aliada.<sup>157</sup>

Apesar de este suporte nunca ser deixado claro, sempre se conseguiu facilmente perceber qual dos lados era apoiado por Pereira da Silva só pela forma como referia os acontecimentos na sua crónica.

No entanto, este suporte passa a ser claro em 1941 no número de maio a junho quando aborda nas suas crónicas pela primeira vez, desde o início da guerra, as posições portuguesas no contexto do conflito. É referido a importância estratégica dos Açores para a política de defesa norte americana e que “*essas posições estratégicas não devem passar para mãos inimigas*” e “*assim Portugal, Inglaterra e Estados Unidos são nações inteiramente solidarias*” e “*devemo-nos regozijar em estarmos solidários com tão poderosos e amigáveis companheiros*”. Este texto da crónica é rematado com “*estamos*

---

perigosa envolvência foi a principal causa de afundamentos de navios portugueses, como forma de efetuar pressão por ambos os lados sendo no entanto o método favorito realizado pelos alemães.

<sup>156</sup> António José Telo, Homens, *Doutrinas e Organização (1824-1974) (tomo I)*, 427.

<sup>157</sup> Na sua crónica “A crise política do mundo e a guerra naval” de maio e junho é perceptível uma reprovação intrínseca quando aborda o tema do Armistício assinado pela França em 1940.



---

*dispostos a defender os nossos direitos soberanos, com todos os meios e com todas as forças ao nosso alcance, ou de concerto com as nações amigas contra as hostis.*”<sup>158</sup> Estas palavras de Pereira da Silva demonstram claramente que apesar de Portugal ser um país neutro durante o conflito, este apoia a causa aliada, demarcando-se da dos países do eixo. No seguimento do texto acima mencionado são descritos dois afundamentos de navios portugueses, o primeiro o vapor de pesca *Exportador I* e o segundo o vapor mercante *Ganda*. Em ambos descreve que o ataque foi perpetrado por um submarino de nacionalidade desconhecida, denominando-o de submarino pirata.

Pela forma e através do seguimento escolhido por Pereira da Silva, é facilmente perceptível que estes dois ataques foram uma consequência do aproximar de Portugal aos países aliados e do mesmo modo podemos atribuir estes ataques como sendo pertencentes a submarinos alemães como uma forma de aviso.<sup>159</sup>

Além das crónicas de Pereira de Silva, é também perceptível alguma mudança da orientação dos *Anais* através de uma conferência sobre “como se prepara a mocidade portuguesa para a vida do mar” realizada em 22 de janeiro de 1942 no Clube Militar Naval e editada nos *Anais* do mesmo clube, o estreitar de relações entre a armada e o a Mocidade Portuguesa, organização formada segundo o ideal nacionalista do governo de Salazar. “*A Mocidade Portuguesa é, na plenitude das suas funções, o cadinho onde se preparam os condutores do Portugal futuro*”, esta afirmação feita pelo Capitão-tenente Soares de Oliveira, autor da conferência, fazendo supor de um aproximar dos *Anais* ao poder político.

O Conflito mundial arrasta-se até 1945 e os *Anais* fazem-lhe referência em praticamente todos os números editados nesse período. No entanto, após a saída abrupta de Pereira da Silva da redação da crónica que abordava o conflito mundial, por motivos de doença e à qual veio a perecer em 1943<sup>160</sup>, esta ficou mais pobre apesar da crónica continuar a ser escrita mas mudando o título, a quem atribuímos como sendo Magalhães Correia.

Em 1943, Portugal reitera a posição estabelecida com os países aliados, Estados Unidos e Inglaterra, através do acordo dos Açores na qual concede a autorização de

---

<sup>158</sup> Pereira da Silva. “A crise política do mundo e a guerra naval”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1941, 566-568.

<sup>159</sup> Em 14 de outubro volta a haver novo ataque por um submarino alemão, desta ao vapor *Côrte Real*. Este acontecimento é relatado nos *Anais* do mesmo ano, nº de setembro e outubro, página 798.

<sup>160</sup> Devido a motivos de doença Pereira da Silva deixa de escrever a sua crónica sobre “a crise política do mundo e a guerra naval” logo no primeiro número de 1942, vindo a falecer em novembro de 1943.

instalação de bases para o apoio aliado no arquipélago dos Açores. Nos *Anais*<sup>161</sup> está presente a troca de cartas entre o governo português e inglês. Apesar de esta contínua aproximação portuguesa aos aliados, a ligação com os países do eixo continua presente. Facto que nos leva à afirmação anterior é o afundamento do vapor *Santa Irene*, que foi afundado, por navios aliados, ao largo da Córsega em abril de 1943 quando transportava armamento italiano para Portugal.<sup>162</sup>

## Portugal e a NATO<sup>163</sup>

Com o fim da guerra existem dois blocos que saem emergentes, o bloco soviético e os Estados Unidos da América, ficando o poder no mundo bipartido.

Com a invenção da bomba atómica e a sua utilização no desfecho da segunda guerra mundial, os dois blocos acima referidos e únicos com a capacidade de utilização desta devastadora arma de guerra vão entrar na denominada “guerra fria”, pois cada um sabe que no caso de esta arma ser empregue o vencedor teria na prática as mesmas consequências de destruição das do vencido.

Para além do desenvolvimento da arma atómica a segunda guerra mundial também trouxe o desenvolvimento de um importantíssimo sistema de navegação e de auxílio ao sistema de combate, o Radar<sup>164</sup>. Este sistema, que foi um importante incremento tecnológico para os navios da época e que muito contribuiu para a vitória dos aliados durante a guerra, foi também um dos fatores responsáveis para a obsolescência precoce de muitos navios e que devido a este facto tiveram de sofrer intervenções na modernização dos seus sistemas de armas e de comunicações.

Com o fim do conflito internacional e face às evoluções associadas, em Portugal, cedo se começou a refletir sobre o futuro das Forças Armadas. Neste contexto, nos *Anais*, Botelho de Sousa escreve um artigo sobre “*o futuro das Forças Armadas perante a recente evolução do material bélico e a organização mundial para a paz*” no qual refere sobre tudo o impacto da arma atómica advertindo para o fim do monopólio dos Estados Unidos da América e advertindo que a bomba atómica apesar de poder “*decidir a guerra num*

---

<sup>161</sup> Magalhães Correia, “Resumo das Operações de Guerra”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1943, 544-545.

<sup>162</sup> António José Telo, Homens, *Doutrinas e Organização (1824-1974) (tomo I)*, 433.

<sup>163</sup> North Atlantic Treaty Organization

<sup>164</sup> RADAR Detention And Ranging. Jorge Ramos Pereira, “RADAR”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1945, 605-617.



---

*quarto de hora*” não é empregue por ser um métodos bárbaro existindo a necessidade de procurar outras armas e que a “*bomba atômica não basta*”<sup>165</sup>.

Além do futuro das Forças Armadas, nos *Anais* é notória a crescente preocupação do material naval, sendo o estado dos navios, a sua necessidade de modernização e a necessidade da redefinição de um novo plano naval uma necessidade premente.

De acordo com esta necessidade existem vários artigos a referir os factos acima mencionados. O Contra-almirante Afonso de Cerqueira a propósito de um artigo editado na imprensa diária escreve um artigo, mencionando sempre que é o seu ponto de vista, para o atual estado da marinha. Reafirma a necessidade de novos meios, expondo a falta de navios necessários para o serviço no ultramar, deixando a sugestão da aquisição de navios oriundos do material de guerra à semelhança de países como a Turquia, a Grécia e a China. Afonso de Cerqueira remata o artigo com alguma ironia, salientando que ainda existe alguma possibilidade de a marinha deixar “*de ser considerada como um parente pobre*”, menciona também no artigo, que devido à falta de navios “*diminuiu-se em muito a prática no mar, tão proveitosa para fazer bom pessoal, o que é tanto ou mais necessário, como ter bom material*”<sup>166</sup>.

Estes exemplos de artigos, assim como outros<sup>167</sup>, deixam clara a preterição que havia da marinha face ao exército que seguia no enalço das políticas de Santos Costa, que se havia tornado Ministro da Guerra desde 1944.

A necessidade da definição de linhas orientadoras para renovamento da marinha havia-se tornado claro e a sua não definição poderia implicar, nas palavras de Afonso de Cerqueira, “*outra vez a chegada ao Zero naval*”. Neste sentido o Contra-almirante Correia Pereira publica um artigo sobre a sua conceção de um plano naval para a marinha, com a abrangência necessária para a definição de todos os aspetos.

Este tema continua a ser abordado nos *Anais*, posteriormente em 1954 e 1955, com Pereira Crespo, à data Capitão-tenente com a publicação do artigo “*subsídios para uma estratégia naval*”. Com este artigo editado em três números dos *Anais*, Crespo não define qual é a sua visão para a marinha, no entanto explica os diversos fatores que se devem contribuir para a elaboração de uma estratégia naval.

---

<sup>165</sup> Alfredo Botelho de Sousa, “O futuro das Forças Armadas perante a recente evolução do material bélico e a organização mundial para a paz”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1945, 580-581.

<sup>166</sup> Afonso de Cerqueira, “Renovamento do Material de Guerra”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1947, 102-103.

<sup>167</sup> Existem nesta época vários artigos de imprensa e dos *Anais* referentes ao estado da marinha. De referir o Dia da Marinha de 1946. Afonso de Cerqueira, “Dia da Marinha”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1946, 219-226.

Com a entrada de Portugal na NATO, a aviação naval é fortemente estimulada. A receção de várias aeronaves para formação e treino fazem com que a estrutura e dimensão da aviação naval alcance um nível ainda não visto em Portugal. Como país fundador da NATO, Portugal fica integrado na política de defesa comum dos países signatários, sendo a principal tarefa requerida a Portugal no âmbito desta defesa a luta anti-submarina das nossas águas como forma de defender as comunicações marítimas existentes.<sup>168</sup>

De este modo em fins de 1951 Santos Costa, como Ministro da Defesa, incumbe o General Humberto Delgado da elaboração da legislação referente à criação de uma força aérea independente integrando as aeronáuticas da marinha e do exército.

Este período, e sobre este tema em específico, será um dos que mais controvérsia pública trouxe tanto na imprensa dia portuguesa como nos próprios *Anais* nos anos abrangidos por este subcapítulo.

De facto, este assunto teve tamanha repercussão na vida pública portuguesa que Telo afirma “*a polémica é especialmente forte e anormalmente pública, pois a censura resolve deixar passar praticamente tudo, devido aos fortes protestos dos oficiais da Armada*”.

A polémica gerada pela discussão pública é latente nos *Anais*, aonde se encontra vários artigos que são transcrições de discursos proferidos na Assembleia Nacional pelos deputados e propostas de lei ambos registados no *Diário das Sessões* da Assembleia Nacional, diversos artigos publicados na imprensa diária nomeadamente no *Primeiro de Janeiro*, no *Diário Popular*, n’*O Século* e *Diário de Notícias*.<sup>169</sup>

Os oficiais de marinha eram contra a proposta de lei no que à aviação naval dizia respeito. Não concordavam com a supressão da aviação naval e a sua inclusão em uma força aérea una sendo o principal argumento a necessidade de os pilotos que operavam com os meios navais necessitarem de um pensamento tático naval como forma de antever e de melhor contribuírem para a guerra naval. Como grandes defensores do argumento naval encontram-se Botelho de Sousa, o Segundo-tenente Gromicho Boavida e Correia Pereira, este último além de defender a continuidade da aviação de marinha continua a defender

---

<sup>168</sup> Mário Noronha, “A posição da Aviação Naval”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1952, 305-306.

<sup>169</sup> Apesar de nos *Anais* vir transcrito diversos artigos sobre este assunto, estes artigos expunham as diferentes visões do assunto em discussão, tendo por um lado os artigos com argumentos para a continuidade da aviação naval como por outro os artigos aonde eram referidas as opiniões de quem defendia uma força aérea independente.



publicamente a necessidade de um porta aviões de escolta que vêm no seguimento da sua proposta de *Plano Naval* editado em 1949 nos *Anais*.<sup>170</sup>

O principal defensor de uma aviação única, que vem apresentado nos *Anais* à exceção dos membros que elaboraram as propostas de lei, é o Major F. Resende que escreve no *Diário de Notícias* as razões para a unificação, considerando a decisão como “*o advento da independência, a carta de alforria*” para “*todo o pessoal do ar*” sendo o principal motivo o combate à duplicação do esforço financeiro necessário para suportar a existência da aviação naval e da força aérea.<sup>171</sup>

Apesar das diversas tentativas de alterar a proposta de lei através do uso generalizado da imprensa como forma de modificar o pensamento da população e dos deputados Assembleia Nacional através da distribuição direta de artigos de opinião a estes, a extinção da aeronáutica naval aconteceu em 27 de maio de 1952 com a Lei 2005, com o governo a aplicar a disciplina política dos deputados da Assembleia Nacional.<sup>172</sup> Esta disciplina é visível no discurso de Quelhas de Lima proferido na Assembleia Nacional em 20 de dezembro de 1951 aonde refere no fim da sua invenção “*o conceito superior, de pura sabedoria, do Sr. Presidente do Conselho: Discutimos tudo, mas não nos dividimos em nada*”.<sup>173</sup>

Em 4 de Abril de 1949 estabeleceu-se a assinatura do Tratado do Atlântico Norte efetivando-se a entrada de Portugal como membro fundador, em conjunto com mais onze países.

No início da aliança, esta era entendida como fruto da “*necessidade de defesa mútua da América e da Europa*” que adveio da segunda grande guerra. A “*sinceridade e consistência*” da aliança era debatida e em caso de desentendimento Portugal deveria estar em consonância com a aliada de longa data, a Inglaterra, no que concerne aos “*interesses ultramarinos*”. Os planos de defesa da Europa previstos pela NATO estava assente na defesa no Elba e no Reno, no entanto estes planos iam contra os planos lusos baseados no acordo Ibérico que em caso de invasão europeia por parte da Rússia os dois países defenderiam a Península nos Pirenéus.<sup>174</sup>

---

<sup>170</sup> Correia Pereira escreve novamente, em 1959, um artigo n.º *O Primeiro de Janeiro* aonde reitera que o fim da aviação naval foi um erro e que outros países que haviam sido seguidos por também na época terem as aviações unidas, estas voltaram a ser separadas e acrescenta “Oxalá que, em nova guerra, o erro apontado esteja já emendado”. Correia Pereira, “Aviação Naval”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1959, 21-24.

<sup>171</sup> F. Resende, “Atribuições Gerais do Poder Aéreo”, *Anais do Clube Militar Naval*, 1952, 291-294.

<sup>172</sup> António José Telo, Homens, *Doutrinas e Organização (1824-1974) (tomo I)*, 477.

<sup>173</sup> “Discurso dos Deputados Lopes Alves e Quelhas de Lima”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1952, 123.

<sup>174</sup> Gabriel António Prior, “O Oceano Atlântico”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1951, 504-506.

As mudanças que advieram da entrada portuguesa trouxeram diversas alterações políticas ao país, sendo uma a já referida criação da Força Aérea. Em adição a esta existiram outras, tais como o melhoramento significativo da formação e treino militar devido à existência de cooperação entre os países aliados, a criação de infraestruturas de apoio e a aquisição de diversos navios e aviões que fizeram com que as respetivas esquadras fossem melhoradas de forma substancial.

A importância estratégica do território luso em particular o arquipélago dos Açores na política militar NATO e da dos Estados Unidos da América em muito contribuíram para a concretização das melhorias e aquisições descritas, sendo estas alcançadas em larga maioria através da negociação de contrapartidas diretas pelo cedência de direitos provisórios nos Açores com os Estados Unidos. Os termos negociados para a receção do material implicavam a utilização dos meios na área da NATO, fator que muito contribuiu para o surgimento da tensão entre Portugal e os Estados Unidos da América na segunda parte da década de 50, quando se começaram a aperceber o crescimento das ações subversivas da Rússia no continente africano e das ações provocatórias e violentas por parte da União Indiana que começaram com a anexação de parte do território nacional da Índia Portuguesa.

Através de artigos dos *Anais* sobre a temática atlântica é possível compreender a importância geopolítica portuguesa no contexto internacional e no contexto da NATO.<sup>175</sup>

Apesar de os aspetos relativos às lutas do Ultramar Português serem somente abordados no próximo subcapítulo, no entanto a anexação da Índia Portuguesa terá cobro ainda durante o atual subcapítulo devido às agressões terem sido iniciadas durante o período agora abordado.

Com a independência da Índia em 1947 concedida pelo Reino Unido, a União Indiana motivada por fatores de carácter geográficos e anticolonialistas começou a efetuar pressões ao governo português para que os territórios do Estado Português da Índia lhe fossem transferidos. A 12 de junho de 1953<sup>176</sup> é encerrada a Legação em Lisboa do Governo da União Indiana e em 1954 existe a violação territorial dos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli que eram pertença do Estado Português da Índia.

---

<sup>175</sup> Os artigos a que nos referimos são os artigos publicados em 1956 que venceu o Prémio Almirante Barroso sobre a *“Importância geopolítica de Portugal para a estratégia do mundo livre”* do Primeiro-tenente Baptista Comprido e o artigo com o mesmo título escrito pelo Capitão-tenente Rodrigues Pinto que recebeu a menção honrosa do mesmo prémio. Em acréscimo a estes artigos está o artigo de 1955 escrito pelo Capitão-tenente Gomes Ramos sobre *“Os Açores na estratégia Atlântica”* fazendo uma síntese da importância do arquipélago desde a época dos Descobrimentos até à atualidade em que foi escrito.

<sup>176</sup> “Pela Integridade do Território Nacional”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1953, 291-296.



Os *Anais* à semelhança do que haviam feito com a mensagem da Sociedade de Geografia de Lisboa às suas congéneres de todos os países, publicam em 1954 um pequeno artigo da autoria de Correia Pereira sobre a invasão dos enclaves acima mencionados deixando “o seu formal protesto contra as pretensões de absorção formuladas pelo primeiro ministro da União Indiana o pandita Nehru”.<sup>177</sup>

A situação de tensão e conflito foi escalando, como é perceptível pelo entusiasmo e “manifestações de identidade”<sup>178</sup> do povo da Índia Portuguesa demonstrado quando da visita do Ministro da Presidência Pedro Pereira a esse território em 1960, até que a 18 de dezembro de 1961 se efetua o derradeiro ataque das forças da União Indiana que anexam ao seu imenso território Goa, Damão e Diu. Foi neste ataque que de entre outros se destacou o Segundo-tenente Oliveira e Carmo<sup>179</sup>, na altura comandante da lancha *Vega*.<sup>180</sup>

## A Guerra Colonial

A Guerra Colonial Portuguesa que teve lugar no Ultramar Africano Português foi desde a sua génese uma questão política.

Desde a entrada de Portugal para a Organização das Nações Unidas em 1955, que Portugal não entendeu aplicar-se a si o artigo n.º 73 por considerar as possessões ultramarinas como “*parte integrante da Nação*”. Em oposição aos argumentos portugueses encontravam-se neste assunto em concordância, mas por motivos distintos, os Estados Unidos e a Rússia assim como os países Latinos, Asiáticos e Africanos que já lhes havia sido concedida a independência.<sup>181</sup> Inglaterra<sup>182</sup>, a França<sup>183</sup> e Holanda<sup>184</sup> haviam concedido a independência às suas ex-colónias, no entanto pela posição portuguesa “*nada temos que ver com os “vento de renúncia e de demissão” que alguns mal-*

<sup>177</sup> Correia Pereira, “Índia”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1954, 167-168.

<sup>178</sup> Renato Sequeira de Brito, “Crónica do Ultramar”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1960, 157.

<sup>179</sup> Pela sua ação o Segundo-tenente Oliveira e Carmo foi agraciado com o grau de Comendador da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, foi também promovido ao posto de Capitão-tenente, ambas a título póstumo.

<sup>180</sup> “A Marinha de Guerra e a Invasão da Índia Portuguesa”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1962, 289-303.

<sup>181</sup> Renato Sequeira de Brito, “Nós, a ONU e o Ultramar”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1960, 775.

<sup>182</sup> A Inglaterra concedeu a independência à Índia, Paquistão, Ceilão e República das Malvinas. Idem, “Crónica do Ultramar”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1960, 630.

<sup>183</sup> A França concedeu independência no pós segunda guerra ao Vietnam, da Guiné Francesa, do Senegal, da Mauritânia, do Sudão, Costa do Marfim, Daomé, Níger, Chad, Gabão, Congo, Malgache e ainda as Repúblicas Voltaica e Centroafricana. Idem, *Ibidem*.

<sup>184</sup> A Holanda concedeu a independência da Indonésia. Idem, *Ibidem*.

*aventuradamente seguem e a que chamam “ventos da história”*<sup>185</sup>. Também a Bélgica concede a independência ao Congo Belga que além de fazer perceber a falta de preparação desta ex-colónia para a independência deixa a oportunidade para as ações de instabilização deste território por parte da Rússia.

As ações subversivas da Rússia no Congo Belga inflamadas pelo movimento dos países que já eram independentes, causam a instabilidade necessária para a criação de movimentos de guerrilha que eram armados também por armamento russo.

Portugal desde o início da independência das colónias por parte dos países europeus se apercebe de uma possível existência de conflito no que concerne aos territórios ultramarinos, nos *Anais* esta preocupação é visível através do artigo de Pereira Crespo, de 1960, sobre “As missões da Forças Armadas na Guerra Revolucionária”. Para Pereira Crespo não é previsível que haja conflitos generalizados, sendo estes substituídos pela guerra revolucionária pois é a única forma de alteração da relação de forças, competindo às Forças Armadas missões para as quais não estavam habituadas, sendo estas a fiscalização das fronteiras, policiamento do litoral e manutenção da segurança das comunicações marítimas e fluviais coordenada com o transporte e reabastecimento das forças em terra assim como a colaboração e apoio através de tiro de artilharia e aéreo das forças terrestres.<sup>186</sup>

Devido à limitação geográfica da área de intervenção NATO, até ao trópico de Câncer, e agravado com a posição definida pelos Estados Unidos contra os assuntos ultramarinos portugueses, o estado português encontrava-se seriamente limitado, pois a modernização ocorrida até então com a ajuda norte americana nos meios navais da marinha portuguesa para os propósitos da NATO, não permitia a sua utilização nas colónias. Desta forma existia em Portugal duas marinhas, a primeira de acordo com os princípios seguidos até 1960 sobretudo cingida “*quase unicamente*” ao “*campo da luta anti-submarina*” e uma segunda “*Marinha de lanchas e de fuzileiros – uma Marinha anti-subversiva*”<sup>187</sup>.

É nesta marinha anti-subversiva que se enquadram os meios “*exclusivamente destinados a satisfazer as necessidades nacionais*”<sup>188</sup> e aonde Portugal apoiando-se financeiramente na França e na Alemanha Federal consegue adquirir os quatro submarinos franceses da classe *Daphné*, as seis corvetas da classe *João Coutinho* e quatro da classe

---

<sup>185</sup> A. C. A, “Dia da Marinha”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1968, 236.

<sup>186</sup> Manuel Pereira Crespo, “As missões da Forças Armadas na Guerra Revolucionária”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1960, 537-550.

<sup>187</sup> “A Marinha Portuguesa na actual conjuntura”, *Anais do Clube Militar Naval*, 1965, 478-481.

<sup>188</sup> “Dia da Marinha”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1963, 503.



*Baptista de Andrade*. Este apoio permitiu ainda a construção das lanchas de desembarque das diferentes dimensões.<sup>189</sup>

A guerra subversiva que era travada desde 1961 acontecia nas províncias da Guiné, Angola e Moçambique e havia sido “*germinada e alimentada do exterior*”<sup>190</sup> acaba com o 25 de Abril de 1974.

## O 25 de abril de 1974

Os *Anais* dão especial ênfase à revolução ocorrida em abril através da Nota de Abertura e da Crónica de Marinha. Na primeira utilizando um excerto da nota de abertura de 1910 para saudar a mudança de regime e instalação de um regime republicano, afirmam ainda “*A História repete-se*”. Reiteram a neutralidade em matéria política no entanto “*não podem as páginas desta revista ficar silenciosas.*” Esta Nota acrescenta ainda que “*é de observar que, bem significativamente, estas nada disseram aquando do 28 de Maio...*”<sup>191</sup> Na segunda é perceptível a satisfação que a Marinha teve com a mudança do regime.

Esta mudança também é notória na Crónica do Clube na qual se afirma que “*o Clube tem de continuar intimamente ligado à vanguarda da luta pela melhoria das condições de vida e de trabalho, pela reestruturação da Armada, pelo desenvolvimento do associativismo e pela Democracia*”.

Um artigo também sintomático de mudança é a própria retrospeção feita através do artigo “*os Anais em questão*”<sup>192</sup> escrito pelo Capitão-tenente Costa Correia no qual o autor coloca questões de fundo e analisa os *Anais*. Esta análise incide sobre o tipo de artigos que são escritos para os *Anais* assim como o grupo etário de quem os escreve deixando perceber através dos números a situação a que os *Anais* haviam atingido. Da análise feita, que incidiu entre os anos de 1968 e 1973, só 7% dos artigos são de carácter científico, sendo o grupo etário mais colaborativo o das idades compreendidas entre os cinquenta e um aos sessenta anos.<sup>193</sup>

---

<sup>189</sup> Nas Crónicas de Marinha dos *Anais*, entre 1965 e 1973, vêm mencionados os meios navais construídos nos estaleiros portugueses assim como os meios navais estrangeiros descritos.

<sup>190</sup> Guilhermino de Magalhães, “Portugal na Estratégia Atlântica”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1972, 811.

<sup>191</sup> Como anteriormente foi referido. Nota de Abertura, 255.

<sup>192</sup> Este artigo originou uma tribuna com o mesmo nome no número seguinte. Vasconcelos da Cunha, “Os *Anais* em questão”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1974, 783.

<sup>193</sup> Costa Correia, “Os *Anais* em questão”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1974, 689-697.

Com a liberdade alcançada através do 25 de Abril a liberdade de expressão e de associação é readquirida. Caso bem exemplificativo de isso é reunião geral dos alunos da Escola Naval que ocorreu em 30 de Abril, só cinco dias após a revolução, onde os alunos afirmam “*desejamos exprimir a nossa satisfação por esta reunião que é a primeira, desde que cá estou, que se efetua sem receio de repressão*”.<sup>194</sup>

---

<sup>194</sup> Salas Sancho, “Reunião geral dos alunos da Escola Naval”, *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, 1974, 685.



---

## CONCLUSÃO

O século XIX foi um século no qual a sociedade portuguesa é forçada a uma mudança abrupta, o que provocará uma alteração política e social de tais consequências que o país não consegue acompanhar.

Dos motivos principais para esta mudança repentina salienta-se as invasões francesas que fazem com que a corte portuguesa seja obrigada a retirar-se para o Brasil. Esta retirada arrasta consigo consequências das quais se realça a visão depreciativa que a população portuguesa em geral passou a ter sobre a marinha, em sentido oposto existe um crescente sentimento de afinidade com o exército, assim como uma influência mais acentuada da cultura inglesa. Contudo das invasões francesas ficaram os ideais liberais que começavam a germinar na Europa.

O regresso da Família Real a Portugal, em 1821, trás consigo uma acesa luta entre liberais e absolutistas que faz com que o país entre em guerra civil por diversos períodos. Estas disputas só ficam definitivamente sanadas em 1851.

Aquando da ida da corte para o brasil, esta fez-se acompanhar de navios da marinha e quando regressa estes navios não retornam a Portugal.

A marinha que no início do século tinha um bom quantitativo em número de navios passa ao oposto com a saída da corte de Portugal não voltando os quantitativos aos números de anteriormente.

A imprensa em Portugal também encontra nas invasões francesas e nas lutas liberais os motes ideais para a sua propagação e projeção. Os oficiais da marinha, que integravam a parte erudita da sociedade, aprendem também a utilizar a imprensa como veículo para a sensibilização da população para as questões navais.

Os ideais liberais que já se encontravam enraizados na população e propiciam a formação de associações de pessoas com interesses comuns. É neste contexto que surge o Clube Militar Naval.

As causas diretas para a criação do Clube foram: a proposta de um novo sistema de promoções e o desleixo a que haviam chegado a marinha e as colónias ultramarinas. Estas causas que constituem a criação do Clube são também as primeiras às quais é notória uma influência das gentes da marinha sobre o poder governante. Também a ligação marítima aos portos de África e a situação de degradação dos navios, que são alguns dos temas

abordados no primeiro número dos *Anais* vão constituir uma nova evidência sobre a influência que o Clube tinha.

O ultimato inglês de 1890 faz com que o poder regente caia num profundo descrédito. Este sentimento impele a sociedade na criação da Subscrição Nacional a Favor da Defesa do País cujo intuito era modernizar e dotar a marinha nacional de meios capazes de por um lado conseguir fazer frente a outra humilhação nacional como fazer crescer a marinha mercante. Com o passar da década de noventa do século XIX é notório que a subscrição não consegue cumprir os seus desígnios e neste sentido, à semelhança dos países europeus, surge a criação da Liga Naval Portuguesa.

No entanto o paradigma da marinha nacional não se altera apesar da envolvimento criada.

Em 1908 acontece o regicídio do rei D. Carlos e em 1910 D. Manuel II é deposto originando a Primeira República. Com esta surge novo plano para um ressurgimento da marinha, no entanto devido aos ideais mahanistas que constituíam a mentalidade naval da época os planos de 1912 não é executável e o de 1916 decorrente dos ensinamentos da grande guerra apesar de ser executável o país não tem meios para a sua concretização.

A grande guerra, 1914 a 1918, na qual Portugal participa a partir de 1916 também não faz com que a marinha se reequipasse devido às indemnizações de guerra.

Em 1922 é realizada a primeira travessia aérea do Atlântico Sul que faz com o regime em vigor obtenha dividendos pela ação, no entanto a Primeira República cai em 1926 sendo sucedida por uma Ditadura Militar.

Com este novo regime de caráter ditatorial Portugal mergulha dentro de um regime repressivo aonde a censura da liberdade de expressão é bem patente. Nos *Anais* esta censura é observável através do afastamento de Pereira da Silva da função de cronista que acontece por duas vezes. A primeira após artigos aonde o autor dá ênfase ao estado da marinha e em outro durante a guerra civil espanhola quando também através das crónicas as opiniões sobre os países do eixo não eram as mais favoráveis podendo significar uma aproximação de Portugal a esses países. Também Afonso de Cerqueira em um artigo da imprensa diária sobre o atual estado da marinha refere por mais de uma vez que aquele é o seu ponto de vista para o assunto.

Portugal participa na formação da Organização do Tratado do Atlântico Norte, sendo seu fundador. Como membro da Aliança Portugal será beneficiado com a aquisição de



---

meios, sobretudo navais e aéreos, assim como a formação e a facilidades em terra terão um aumento considerável.

No entanto, devido à proibição de utilização dos meios adquiridos através da Aliança de serem empregues fora da área NATO, com o início da guerra colonial Portugal sente a necessidade de redefinir a sua política naval, adquirindo navios e submarinos assim como construindo pequenas unidades navais de desembarque e aprontando companhias de fuzileiros especiais para a guerra subversiva que estava a decorrer nas colónias.

A guerra acaba com a revolução de 25 de abril de 1974 ao mesmo tempo em que o regime ditatorial acaba e com isso volta a existir a liberdade de expressão e associação até então proibida, esta liberdade é patente através de uma reunião realizada pelos alunos da Escola Naval apenas cinco dias após a revolução que está publicada em artigo nos *Anais* de 1974.

Abordados os temas descritos pode-se concluir, que da divisão feita através dos capítulos, que entre o Clube e os diferentes regimes houve em certas situações uma influência nítida, apesar de o Clube manter na grande maioria das situações uma postura apolítica à qual está estatutariamente obrigado. Esta tentativa de influenciar o “poder” é notória no período monárquico no qual o Clube através da sua criação, faz com que não seja dado seguimento à proposta de alteração do regime de promoções. O regime monárquico é novamente influenciado, adquirindo seis navios, após a publicação de artigos referentes ao estado da marinha, nos *Anais*, assim como através das alterações inseridas no contrato apresentado em 1871 para a ligação da metrópole aos portos ultramarinos, decorrentes do estudo de uma comissão designada pelo Clube para o efeito. Também a Liga Naval, criada a partir do seio do Clube, tem o rei envolvido em torno das suas questões sendo este o presidente honorário.

Com a transição do regime monárquico para o regime republicano é notória a relevância dado pelo governo aos oficiais da armada, constituindo uma comissão para a elaboração de um novo plano naval. Desta comissão eram integrantes quarenta oficiais da marinha. Devido à grande volatilidade dos governos constituintes da Primeira República a influência do Clube passa a não ser tão notória. Para esta situação contribui a divisão ideológica dos oficiais e a sua participação em diversas revoltas ocorridas durante o regime republicano.

A partir de 1926, com a entrada em vigor do regime ditatorial, a influência do Clube passa a não ser perceptível, existe no entanto uma tentativa pontual de influência aquando da proposta de criação da Força Aérea em 1952 não tendo sido lograda. Para este facto

contribui certamente a opressão realizada à liberdade de expressão e de associação efetivada através da censura, sendo perceptíveis casos desta opressão nos *Anais do Clube Militar Naval*. Um fator importante a considerar durante o regime ditatorial é a estabilização económica adquirida, que através de orçamentos equilibrados e da ajuda militar proveniente da NATO permitem a exequibilidade dos planos navais conceptualizados sendo este um fator de agregação dos oficiais ao regime.

Em suma, com a presente dissertação de mestrado pode inferir-se que a influência do Clube durante a sua fundação e nos anos seguintes era grande, com os anos da república esta influência foi-se esmorecendo acabando por ser impercetível, à exceção de casos pontuais, durante os anos do Estado Novo.

Com a conclusão desta dissertação e devido à pesquisa efetuada surgiram assuntos passíveis de serem abordados em dissertações futuras, tais como: a influência inglesa na marinha portuguesa dos séculos XIX e XX, o surgimento e a evolução das ajudas à navegação marítimas e das convenções SOLAS segundo os *Anais* e o aprofundar da primeira travessia aérea do Atlântico Sul.

Devido à extensão temporal abordada na presente dissertação não foi possível abordar de forma mais exaustiva os temas versados. Neste sentido surge a possibilidade de aprofundar o estudo desta dissertação tripartindo o seu âmbito com base nos capítulos segundo, terceiro e quarto.



## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### Fontes

“A Marinha de Guerra e a Invasão da Índia Portuguesa”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 4 a 6, ano XCIV, Lisboa, pp. 289 a 310, 1962.

A REDAÇÃO. “A República Portuguesa”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 10, ano XLI, Lisboa, pp. 627 a 628, 1910.

A., A. C.. “Dia da Marinha”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 4 a 6, ano XCVIII, Lisboa, pp. 235 a 241, 1968.

A., P.. “A nossa Marinha e a Subscrição Nacional”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 10, ano XXI, Lisboa, pp. 629 a 637, 1891.

IDEM. “A nossa Marinha e a Subscrição Nacional”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 12, ano XXI, Lisboa, pp. 742 a 748, 1891.

BRITO, Renato Sequeira de. “Crónica do Ultramar”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 1 a 3, ano XC, Lisboa, pp. 157 a 193, 1960.

IDEM. “Crónica do Ultramar”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 7 a 9, ano XC, Lisboa, pp. 615 a 658, 1960.

IDEM. “Nós, a ONU e o Ultramar”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 10 a 12, ano XC, Lisboa, pp. 759 a 782, 1960.

CABRAL, Artur Sacadura (1921). “O raid aéreo Lisboa-Funchal”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 7, 8 e 9, ano LII, Lisboa, pp. 189 a 214, 1921.

CERQUEIRA, Afonso de. “Dia da Marinha”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 5 e 6, ano LXXVI, Lisboa, pp. 219 a 226, 1946.

IDEM. “Renovamento do Material de Guerra”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 3 e 4, ano LXXVII, Lisboa, pp. 99 a 103, 1947.

“Chronica do Mez”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 6, ano XXIX, Lisboa, pp. 473 a 491, 1899.

IDEM, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 9, ano XXIX, Lisboa, pp. 737 a 764, 1899.

IDEM, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 10, ano XXIX, Lisboa, pp. 849 a 872, 1899.

CORREIA, Costa.” Os Anais em questão”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 7 a 9, ano CIV, Lisboa, pp. 689 a 697, 1974.

- CORREIA, Magalhães. “Resumo das Operações de Guerra”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 9 e 10, ano LXXIII, Lisboa, pp. 543 a 556, 1943.
- COSTA, Bruto da. “Estudo sobre a marinha de guerra portuguesa”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 1, ano XXXVIII, Lisboa, Lisboa, pp. 5 a 27, 1907.
- COUTINHO, Carlos Gago. “Algumas considerações sobre navegação astronómica aérea”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 11 e 12, ano LI, Lisboa, pp. 277 a 290, 1920.
- COUTINHO, Carlos Gago, & CABRAL, Artur Sacadura. “A Navegação Aérea”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 10, 11 e 12, ano LIII, Lisboa, pp. 301 a 418, 1922.
- CRESPO, Manuel Pereira. “As missões da Forças Armadas na Guerra Revolucionária”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 7 a 9, ano XC, Lisboa, pp. 537 a 550, 1960.
- CUNHA, Fernandes da. “Considerações sobre os nossos navios de guerra e o seu actual armamento”, *Anais do Clube Militar Naval*, ano I, Lisboa, pp. 89 a 94, 1871.
- CUNHA, Vasconcelos da. “Os Anais em questão”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 10 a 12, ano CIV, Lisboa, pp. 783 a 785, 1974.
- “Dia da Marinha”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 7 a 9, ano XCIII, Lisboa, pp. 491 a 511, 1963.
- IDEM, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 10 a 12, ano XCIII, Lisboa, pp. 799 a 814, 1963.
- “Discurso dos Deputados Lopes Alves e Quelhas de Lima”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 4 a 6, ano LXXXII, Lisboa, pp. 109 a 123, 1952.
- “Informações Diversas”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 5, ano XXX, Lisboa, pp. 359 a 379, 1900.
- INSO, Jaime Correia do. *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2006.
- LACERDA, Hugo de. “O Nosso Problema Naval”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 6, ano XLV, Lisboa, pp. 389 a 401, 1914.
- “Marinha de Guerra” (1900), *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 3, ano XXX, Lisboa, pp. 160 a 179, 1900.
- “Memoria sobre o serviço das linhas de navegação por vapor para os portos d’Africa”, *Anais do Club Militar Naval*, ano I, Lisboa, pp. 5 a 22, 1870-1871.



- METZENER, A. H. “A Liga Naval Portuguesa e o Resurgimento Marítimo de Portugal”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 3, ano XXXIV, Lisboa, pp. 135 a 142, 1904.
- NORONHA, Mário. “A posição da Aviação Naval”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 7 a 9, ano LXXXII, Lisboa, pp. 305 a 310, 1952.
- “Nota de Abertura”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 4 a 6, ano CIV, Lisboa, p. 255, 1974.
- “Os novos navios de guerra”, *Anais do Clube Militar Naval*, ano IV, Lisboa, pp. 253 a 256, 1874.
- “Pela Integridade do Território Nacional”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 7 a 9, ano LXXXIII, Lisboa, pp. 291 a 296, 1953.
- PEREIRA, Correia. “Índia”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 7 a 9, ano LXXXIV, Lisboa, pp. 167 a 168, 1954.
- IDEM. “Aviação Naval”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 1 a 3, ano LXXXIX, Lisboa, pp. 21 a 24, 1959.
- PEREIRA, Jorge Ramos. “RADAR”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 11 e 12, ano LXXV, Lisboa, pp. 605 a 617, 1945.
- PRIOR, Gabriel António. “O Oceano Atlântico”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 10 a 12, ano LXXXIV, Lisboa, pp. 457 a 509, 1951.
- RESENDE, F.. “Atribuições Gerais do Poder Aéreo”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 7 a 9, ano LXXXII, Lisboa, pp. 291 a 294, 1952.
- RIBEIRO, Antas. “Sem Marinha”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 4, ano XXXII, Lisboa, pp. 232 a 241, 1902.
- SANCHO, Salas. “Reunião geral dos alunos da Escola Naval”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 7 a 9, ano CIV, Lisboa, pp. 685 a 688, 1974.
- SILVA, Pereira da. “O Nosso Plano Naval”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 2, ano XI, Lisboa, pp. 87 a 96, 1909.
- IDEM. “Política Naval e Política Naval Portuguesa”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 1, 2 a 3, ano LV, Lisboa, pp. 5 a 165, 1924.
- IDEM. “Política Naval”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 1 e 2, ano LXI, Lisboa, pp. 117 a 128, 1930.
- IDEM. “Crónica Geral de Marinha”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 9 a 10, ano LXI, Lisboa, pp. 171 a 213, 1930.

IDEM. “Política Internacional”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 3 a 4, ano LXIII, Lisboa, pp. 173 a 218, 1933.

IDEM. “Política Internacional”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 1 a 6, ano LXVII, Lisboa, pp. 297 a 351, 1937.

IDEM. “A crise política do mundo e a guerra naval”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 5 e 6, ano LXXI, Lisboa, pp. 549 a 578, 1941.

SOUSA, Alfredo Botelho de. “O futuro das Forças Armadas perante a recente evolução do material bélico e a organização mundial para a paz”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 11 e 12, ano CIV, Lisboa, pp. 557 a 583, 1945.

## **Bibliografia**

“Anais”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. II, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Limitada, pp. 456 a 457, [s.d.].

CARTAXO, Alexandre, CANAS, António, & BRAGA, Helena. “Origens do Clube Militar Naval”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 7 a 9, ano CXXIX, Lisboa, pp. 457 a 497, 1999.

COSTA, Abel Fontoura da. “Sócios Fundadores do Club Militar Naval”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 10 a 12, ano LXVI, Lisboa, pp. 9 a 62, Outubro a Dezembro de 1936.

“Disposições Reguladoras dos Artigos para Publicação nos *Anais do Clube Militar Naval*”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 1 a 3, ano CXL, Lisboa, pp. 9 a 17, 2010.

EÇA, Vicente Almeida d'. “Breve Descrição da Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul”, *Número Especial Anais do Clube Militar Naval*, ano CXXIX, Lisboa, pp. 7 a 23, 1972.

MATOS, Sérgio Campos, & SANTOS, Luís Aguiar. *A Marinha e a Cultura Histórica em Portugal: Entre Tradição e Modernidade (Séculos XIX e XX)*, Separata da *Revista de História das Ideias*, vol. XXIX, Coimbra, Faculdade de Letras, 2008.



- 
- MONTEIRO, Nuno Sardinha. “Poder Naval no séc. XXI: a morte de Mahan e a vingança de Corbett”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 7 a 9, ano CXXXIX, Lisboa, pp. 373 a 407, 2009.
- PEREIRA, José António Rodrigues. *Marinha Portuguesa - Nove Séculos de História*, [s.l.] Comissão Cultural de Marinha, 2010.
- RAFAEL, Gina Guedes, & SANTOS, Manuela. “Anais da Marinha e Ultramar”, *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*, vol. I, Lisboa, Biblioteca Nacional, pp. 54, 1998.
- SCARLATTI, Eduardo. “Viagem de Gago Coutinho e Sacadura Cabral”, *Número Especial Anais do Clube Militar Naval*, ano CXXIX, Lisboa, pp. 33 a 42, 1972.
- SILVA, Emídio da. “Origens e primeiros passos do Club Militar Naval”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 7 e 8, ano LXVII, Lisboa, pp. 565 a 600, 1937.
- IDEM. “Os “Anais” e a sua 1.<sup>a</sup> Comissão de Redacção”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 7 a 9, ano LXX, Lisboa, pp. 381 a 410, 1939.
- TELO, António José. *História da Marinha Portuguesa. Homens, Doutrinas e Organização (1824-1974) (tomo I)*, Lisboa, Academia de Marinha, 1999.
- “Tomar (Condes e Marqueses de)”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXXII, Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Limitada, pp. 13 a 16, [s.d.].
- VALENTIM, Carlos Manuel. “Quando o Clube Militar Naval e os seus Anais influenciavam o poder (1866-1930)”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. 10 e 12, ano CXXXV, Lisboa, pp. 741 a 769, 2005.
- VENTURA, António. *A Marinha de Guerra Portuguesa e a Maçonaria*, Lisboa, Nova Vega, 2013.





---

# **ANEXOS**

**A** – lista de sócios fundadores

**B** – Estatutos do Clube Militar Naval





## ANEXO A – LISTA DE SÓCIOS FUNDADORES

Nome	Posto	Nasce em	Falece em
Oficiais de marinha, incluindo engenheiros hidrógrafos (96)			
Alexandre Magno de Castilho	Primeiro-tenente	1835	1871
Álvaro António Marciano da Silva	Primeiro-tenente	1831	1895
Álvaro José de Sousa d'Andréa	Capitão-tenente	1821	1883
António Augusto d'Oliveira	Capitão-tenente	1848	1890
António do Nascimento Pereira de Sampaio	Primeiro-tenente	1831	1869 <sup>195</sup>
António Eleutherio Dantas	Segundo-tenente	1834	1882
António Fernandes da Cunha	Segundo-tenente	1834	1921
António Filipe Marx de Sori	Segundo-tenente	1833	1914
António Joaquim de Mattos	Segundo-tenente	1835	1886
António Maria de Sande Vasconcellos e Carvalho	Primeiro-tenente	1832	1927
António Maria Ribeiro da Costa Holterman	Segundo-tenente	1831	1879
António Marques da Silva	Primeiro-tenente	1831	1899
António Rafael Rodrigues Sette	Capitão-tenente	1818	1891
António Ricardo Graça	Vice-almirante	1799	1882
Augusto Carlos da Silva	Segundo-tenente	1834	1930
Augusto César Cardoso de Carvalho	Primeiro-tenente	1836	1905
Augusto Sebastião de Castro Guedes	Capitão-de-fragata	1819	1896
Augusto Victor d'Andrade	Capitão-tenente	1822	1878
Augusto Zeferino Teixeira	Primeiro-tenente	1825	1870
Ayres Pacheco Lamare	Capitão-tenente	1820	1895
Bento Maria Freire d'Andrade	Primeiro-tenente	1828	1903
Bernardo de Carvalho Ribeiro	Capitão-tenente	1819	1900
Caetano Alberto da Silva	Capitão-tenente	1822	1890
Carlos Augusto de Sousa Folque Possóllo	Primeiro-tenente	1833	1909
Carlos Eugénio Corrêa da Silva	Primeiro-tenente	1834	1905
Carlos Frederico d'Almeida Pereira e Sousa	Primeiro-tenente	1832	1878
Carlos Leopoldo dos Santos Diniz	Guarda-marinha	1847	1917

<sup>195</sup> Esta data, à semelhança da restante informação teve por base o artigo de Fontoura da Costa sobre os sócios fundadores. Abel Fontoura da Costa, "Sócios Fundadores do Club Militar Naval", *Anais do Clube Militar Naval*, Lisboa, n.º Outubro a Dezembro 1936, 9-62.

Carlos Maria de Andrade Mendonça	Segundo-tenente	1834	1906
Carlos Testa	Capitão-tenente	1823	1891
Cipriano Lopes d'Andrade	Segundo-tenente	1838	1907
Cristiano Augusto da Costa Simas	Capitão-de-fragata	1813	1871
Domingos de Sousa Rodrigues	Capitão-tenente	1819	1872
Duque de Palmella	Primeiro-tenente	1834	1910
Eduardo Henrique de Lima Metzener	Segundo-tenente	1831	1887
Eduardo Jaime Carvalho da Silva	Segundo-tenente	1837	1907
Fernando Augusto da Costa Cabral	Primeiro-tenente	1839	1901
Fernando Maria da Gama Lobo	Primeiro-tenente	1829	1879
Fortunato António da Silva Guimarães	Capitão-de-fragata	1803	1883
Francisco Benedito Rosado	Primeiro-tenente	1828	1900
Francisco de Paula Ferreira de Mesquita	Capitão-tenente	1821	1892
Francisco de Paula Teves	Segundo-tenente	1840	1906
Francisco José da Pina Rollo	Primeiro-tenente	1820	1885
Francisco Maria Pereira da Silva	Capitão-de-mar-e-guerra	1814	1891
Francisco Pedro Villar de Pinho	Segundo-tenente	1835	1908
Francisco Salema Freire Garção	Capitão-tenente	1819	1896
Francisco Xavier Libânio dos Santos Pereira	Primeiro-tenente	1828	1867
Frederico Augusto Oom	Primeiro-tenente	1830	1890
Frederico Carlos Rosa	Capitão-de-fragata	1805	1868
Ignacio Lazaro de Sá Vianna	Capitão-de-fragata	1808	1870
Innocencio Adolpho Tavares	Primeiro-tenente	1827	1876
Jacinto Fernandes da Rocha Rodrigues Bastos	Capitão-tenente	1824	1889
João António de Sousa	Capitão-de-fragata	1804	1898
João Baptista Garção	Capitão-tenente	1817	1872
João Carlos de Brito Capêllo	Primeiro-tenente	1831	1901
João Carvalho Ribeiro Vianna <sup>(1)</sup>	Primeiro-tenente	1831	1888
João Climaco de Carvalho	Segundo-tenente	1834	1873
João Euzebio d'Oliveira <sup>(1)</sup>	Capitão-de-fragata	1809	1893
João Francisco Regio de Lima	Capitão-de-fragata	1811	1869
João Manuel Mendes	Primeiro-tenente	1802	1869
João Maria Esteves de Freitas	Segundo-tenente	1834	1882
João Máximo da Silva Rodovalho	Contra-almirante	1803	1887
João Pedro da Costa	Capitão-tenente	1816	1878



João Peregrino Leitão	Primeiro-tenente	1821	1898
João Teodoro de Oliveira	Primeiro-tenente	1838	1898
Joaquim José de Barros	Capitão-tenente	1821	1881
Joaquim José Gonçalves de Mattos Corrêa <sup>(1)</sup>	Capitão-de-mar-e-guerra	1801	1879
Joaquim Luiz de Fraga Pery de Linde	Capitão-de-mar-e-guerra	1812	1873
Joaquim Pedro Celestino Soares	Contra-almirante	1793	1870
Joaquim Romão Lobato Pires <sup>(1)</sup>	Contra-almirante	1810	1887
Joaquim Viegas do Ó	Capitão-tenente	1815	1888
José Alemão de Mendonça Cisneiros e Faria Junior	Primeiro-tenente	1835	1895
José Augusto Alves do Rio	Guarda-marinha	1845	1905
José Baptista d'Andrade <sup>(1)</sup>	Capitão-de-mar-e-guerra	1819	1902
José Bernardo da Silva	Contra-almirante	1802	1878
José Bernardo da Silva Júnior	Segundo-tenente	1839	1918
José Francisco Schultz	Capitão-de-fragata	1814	1878
José Joaquim d'Almeida	Primeiro-tenente	1833	1878
José Maria da Fonseca	Primeiro-tenente	1828	1886
José Maria de Sousa Soares d'Andrêa Ferreira	Segundo-tenente	1836	1901
José Maria Marques	Capitão-de-mar-e-guerra	1800	1872
José Maria Pacheco Moreira	Capitão-tenente	1821	1871
Luiz Caetano de Novaes	Primeiro-tenente	1825	1901
Manoel Joaquim Ferreira Marques	Primeiro-tenente	1830	1901
Manoel Leocádio de Almeida	Segundo-tenente	1814	1889
Mariano Ghira	Primeiro-tenente	1828	1877
Norberto Maria de Novaes	Primeiro-tenente	1826	1886
Pedro Carlos d'Aguiar Craveiro Lopes	Primeiro-tenente	1834	1888
Pedro Guilherme dos Santos Diniz	Segundo-tenente	1839	1920
Pedro Ignacio do Rio Carvalho	Segundo-tenente	1836	1912
Rafael da Silva Campos	Capitão-de-fragata	1808	1871
Rafael Florencio da Silva Vidigal	Contra-almirante	1797	1875
Thomaz José de Sousa Soares d'Andrêa	Primeiro-tenente	1824	1885
Vicente da Silveira Maciel	Segundo-tenente	1840	1875
Vicente Ferrer Barruncho	Capitão-tenente	1810	1874
Visconde da Lançada	Primeiro-tenente	1831	1910
Visconde de Soares Franco <sup>(1)</sup>	Vice-almirante	1810	1885

Engenheiros navais (2)			
António Cassiano Marques	Primeiro-tenente	1827	1905
João Maria Galhardo	Primeiro-tenente	1837	1909
Facultativos navais (1)			
António Jacinto Galvão	1.ª Classe	1834	1882
Oficiais da Fazenda da armada e empregados da Direcção Geral de Contabilidade Naval (DGC) e do Ultramar (21)			
António Augusto d'Andrade	Aspirante dgc	---	---
António Cândido Rozendo	2.º Oficial da DGC	---	---
António César de Vasconcelos Correia	Escrivão	1828	1870
Augusto Frederico Lima Pereira	Escrivão	1828	1873
Diogo Maria de Freitas Brito	Aspirante da DGC	1846	1876
Feliciano GAspirantear d'Oliveira	Aspirante da DGC	1827	1893
Francisco Henrique dos Santos	Escrivão	1828	1882
Francisco Rangel de Lima	Aspirante da DGC	1839	---
Jerónimo José da Silva Pereira	Aspirante da DGC	---	---
João José Corrêa	Aspirante da DGC	---	---
Joaquim Augusto de Carvalho Ferraz	Aspirante da CFM	---	---
Joaquim José Colaço	Aspirante da DGC	---	---
Joaquim Sabino da Silva Guimarães	1.º Oficial da DGC	---	---
Joaquim Timóteo de Moura	Aspirante da DGC	---	---
Ladislau Salustiano da Silva Franco	2.º Oficial da DGC	---	---
Manoel Afonso do Nascimento	2.º Oficial da DGM	---	1905
Ricardo Gonçalves Lobato	Aspirante da DGC	1846	1884
Sebastião Ramos da Costa	Aspirante de 2.ª Classe a Oficial de Fazenda	1828	1901
Thomaz de Aquino Alves Lopes	Aspirante da DGC	---	---
Veríssimo do Couto Camanha	Escrivão	1808	1872
Veríssimo José de Quintanilha Mendonça	Aspirante da DGC	1846	1917
Maquinistas navais (4)			
António Maria Martins	2.ª Classe	1838	1922
Boaventura José	1.ª Classe	---	1869
José de Magalhães	1.ª Classe	---	1891
Carlos Augusto Pinto Ferreira	1.ª Classe	---	1894
Auditor de Marinha			



---

Levy Maria Jordão	---	1831	1875
-------------------	-----	------	------

<sup>(1)</sup> Oficiais com ligações maçónicas.